

ATA N.º 4.1/XIV/2026

Sessão Ordinária abril/2026

1ª Reunião – 30/04/2026

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a 1ª Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Atas do XIII Mandato 2025-2029:
 - 3.1.1 – Ata nº2.1/26 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de fevereiro – 1ª reunião – 27.02.2026;
 - 3.1.2 – Ata nº2.2/26 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de fevereiro – 2ª reunião – 07.03.2026;
 - 3.2 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao Exercício de 2025;
 - 3.3 - 2ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano;
 - 3.4 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Em conformidade com o nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, atendendo a que o 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado João Palma, pediu a sua substituição, o Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, designou o Deputado Daniel Justo para a composição da Mesa.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

No Grupo Municipal do Partido Socialista:

- Carmen Sofia Pereira Lima foi substituída por Adriana Rossas Bertolini Palma
- Lídia Maria Lima Monteiro foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- João Pedro Oliveira Vargas da Palma foi substituído por Renata Isabel Rêgo Rosa

No Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária:

- João Miguel da Silva Romba foi substituído por Eli Andrea Matias Dias Barros Rodrigues;
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pela Vogal daquele Órgão, Lara Isabel dos Santos Nunes Colaço
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Ana Teresa Fernandes, foi substituída pelo Vogal daquele Órgão, Luís Leonardo Pacheco Mucauro

Verificação de ausências:

- Após a substituição efetuada não se verificaram ausências.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Alfredo Rodrigues Vieira, João Pedro Vaz Figueiredo, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro, António Carlos Pedrosa Pereira, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa e Joana Sacoto Neves de Santos Flores.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. João Henriques

“A minha questão, e eu quero já salientar que, na última Assembleia, eu não venho dar lições de moral a ninguém. Eu falo a verdade e estou sempre documentado. Tudo o que eu falo eu estou sempre documentado. Então, passa-se por o que me traz hoje. Venho falar sobre o PRR.

Espero que todos os deputados, senhores vereadores, senhor Presidente da Câmara Municipal da Moita, senhor Presidente da Assembleia Municipal da Moita, passa a expor.

No dia 12 de abril de 2024 foi aprovado, em Conselho de Ministros, pelo senhor Luís Montenegro, este PPR, a reabilitação e a aquisição de casas de custo acessíveis para a reabilitação dos municípios, até ao 2030.

Foi aprovado no dia 12, de 2024, cada município recebeu 26 milhões. 2024, 2025 e 2026 soma 78 milhões de euros para a construção de habitação e nada se vê da habitação que a Câmara tenha feito. Gostaria de saber, e a população do concelho da Moita, dos 78 milhões, onde é que a habitação está.

Eu tenho aqui um documento que eu provo. Eu não venho falar à toa. E também foi publicado no jornal O Público e foi publicado no jornal Expresso. Mas também há um site que podem consultar, que é o site amn.pt. Tenho dito. Obrigado.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Fiquei estupefacto ao ouvir falar que a Câmara Municipal tinha recebido 26 milhões e depois no final já ia em mais de 70 milhões. A primeira reação que eu tive foi olhar para debaixo da mesa, não fossem eles estarem aqui guardados. Não sei se os senhores Deputados têm algum aí por baixo das vossas. Eu na Câmara não os encontro. Não sei de onde é que vêm esses valores, nem como é que se chegou a essa conclusão. O que é certo é que pode haver, na cabeça de algumas pessoas, confundirem anúncios do Governo com o exercício, na prática, das medidas. Este Governo já anunciou muita coisa, e todos os dias anuncia, e agora já temos mais um PRR com mais um conjunto de anúncios.

Isto não me levem a mal, faz lembrar um bocadinho aquela história da roupa velha, quando sobra um bocadinho do almoço ou do jantar do dia anterior, a gente pega e utiliza no dia seguinte, e não tem nada de mal, e este Governo anda continuamente a dar as mesmas notícias, dar-lhes uma roupagem diferente, meter-lhes um cunho novo, um nome novo e o que é verdade é que nada se traduz em realidade.

Por isso dizer que não veio verbas, nem se vislumbra verbas, nem forma de vir verbas para as autarquias para que possam adquirir casas. Os modelos são aqueles que se conheciam no passado. Dizer, e não quero falar aqui por nenhum colega meu, mas a Câmara Municipal do Seixal viu-se bem aflita, e ainda se vê aflita, para receber o dinheiro das casas que comprou confiando neste Governo. Foi comprando, comprando e o dinheiro nem vê-lo, até que teve de desistir de comprar porque senão ficaria, certamente, em maus lençóis. E quem diz essa, como exemplo, há muitas outras câmaras no país que acreditaram, mas o dinheiro nem vê-lo.

Por isso, nem se vislumbra como, mas estou certo de que quando houver mais alguma tempestade ou mais algum fenómeno, o Governo inventará um novo mecanismo que se somará a todos os outros mecanismos, e irá apresentar-nos, certamente como uma coisa nova, e alguns incautos irão acreditar, e cá estaremos nós, sem contar com o Governo, a fazermos aquilo que temos de fazer, porque não podemos esperar para fazer acontecer.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputado Daniel Serpa, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Congratular o munícipe que veio hoje aqui fazer a intervenção, é sempre bom termos munícipes aqui a fazer a intervenção, a trazer aqui as suas preocupações, também as suas opiniões sobre aquilo que

se passa no nosso município. É sempre positivo a presença dos munícipes neste tipo de Assembleias. Temos pena, de facto, que hoje só temos uma inscrição neste período do público.

Esperemos que nas próximas sessões haja mais inscrições e que este também seja um momento em que os próprios munícipes possam também apresentar aqui as suas preocupações, as suas ideias no desenvolvimento do nosso município.”

Deputado Nuno Cavaco em nome do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu pedi a palavra para, muito rapidamente, fazer aqui duas ou três referências sobre anúncios e para alertar as pessoas para não caírem também aqui nalguns mal entendidos. Basta fazer uma pequena pesquisa para perceber que no concelho da Moita foram anunciados 15 milhões para a habitação. Está nos jornais, está em documentos, está em vídeos, está numa série de coisas. Estão lá 15 milhões. Eu percebo a confusão do munícipe.

Depois dizer que, não particularizando com câmara nenhuma, os governos devem às câmaras desde o tempo do governo do PS. Não é só este governo que deve, os outros também não pagavam a tempo e horas. Aliás, o concelho da Moita, não é no caso da habitação, mas noutros casos também tem exemplos destes. O que se quer é que os municípios sejam tratados como parceiros e não como moços de recados ou alguma coisa do género. Portanto, nós devemos ter algum cuidado quando anunciamos, e foi anunciado no concelho, aqui intervenções e intenções, o governo também deve ter.

A verdade é que no campo da habitação, no concelho da Moita, há muito por fazer e devemos fazê-lo porque o concelho tem graves problemas de habitação, como todos sabemos. Portanto, era só isto, era só dizer que devemos ter muito cuidado com a comunicação, porque depois geramos estas dúvidas que o munícipe veio aqui trazer, e bem, e eu já ouvi de outras pessoas coisas iguais, e não é este valor todo, mas foi anunciado o valor de 15 milhões, portanto faz confusão às pessoas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Começamos, como é regimental, e porque neste mandato temos tido, realmente, muito mais atividade, pela informação das comissões permanentes. Portanto, eu pedia a cada coordenador que já tiveram alguma atividade que pudesse fazer o ponto de situação.”

Coordenador da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, Deputado Guilherme Rocha

“A nossa Comissão continua a acompanhar o desenvolvimento das iniciativas e dos projetos que cada uma das escolas vai desenvolver no âmbito da Assembleia Municipal Jovem, e iremos também, a curto prazo, propor que a Comissão, e vamos falar aqui com todos os deputados que fazem parte desta comissão, que possa participar na próxima Feira das Comunidades Educativas, e que possa também ter um momento de visita e de contato com todos os estabelecimentos de ensino do concelho da Moita, e também valorizar um importante evento que é a Feira das Comunidades Educativas, tão fundamental também para que cada estabelecimento de ensino consiga apresentar o seu projeto educativo e também para demonstrar a força e a importância da educação neste município.

Portanto, para já, não muita atividade, mas a acompanhar o que se desenvolve em cada uma das escolas relativamente à Assembleia Municipal Jovem, e relativamente à Feira das Comunidades Educativas também pretendemos marcar uma presença importante nesta iniciativa.”

Coordenador da Comissão Permanente de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações, Deputado João Faim

“Na Comissão, e já aqui demos nota na última Assembleia das reuniões havidas com o Sr. Presidente da Câmara e também com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, posteriormente a isso fizemos uma visita ao sistema da Simarsul e à rede municipal de esgotos em Alhos Vedros. O Sr. Presidente da Assembleia também nos acompanhou nessa visita, e que muito nos honra também essa

sua participação, e com a participação também do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, e através dessa visita foi possível constatar algumas situações, diria, preocupantes, porque penso que foi o sentimento de todos os membros da Comissão, algumas que são situações identificadas com o sistema multimunicipal, outras que são identificadas também com alguns problemas na rede em baixa e que é importante atuar.

Portanto, foi uma visita construtiva. Ponho aqui, de facto, a tónica de que as conclusões da Comissão na última reunião, de que é importante, de facto, esclarecer e identificar todas as situações ambientalmente incorretas que afligem aquele sistema e, de facto, corrigi-las o quanto antes. Foi a nota que quero dar dessa visita.

Quero também deixar aqui um apontamento, que está marcado para dia 9 de maio, portanto, um sábado, finalmente. A Amarsul disponibilizou-se para receber a Comissão Permanente da Assembleia Municipal a um dia que não seja um dia útil, portanto, um dia que as pessoas que trabalham possam tirar um pouco do seu fim de semana e visitar este sistema, portanto, vamos lá a um sábado. E essa visita será com os membros da Comissão e será também, por sugestão, o convite extensível aos líderes de bancada e também ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita para nos acompanhar nessa visita.

Lamentamos que a visita seja um pouco mais tardia relativamente àqueles acontecimentos tão falados relativamente à questão dos derrames de lixiviados que se verificaram aquando daquelas intempéries, mas ainda assim, mais vale tarde que nunca, diria eu, e será um momento importante também de esclarecimento e de verificação das condições de funcionamento daquele ecoparque. Depois, na próxima Assembleia, com certeza, nós teremos aqui condições de fazer uma atualização.”

Coordenador da Comissão Permanente de Coesão Social, Saúde, Segurança e Proteção Civil, Deputado Vítor Cardoso

“Esta Comissão já realizou duas reuniões, a primeira das quais a 12 de março e a segunda a 13 de abril. Em conjunto com todos os membros de vários grupos políticos na Comissão foram identificados e priorizados três temas, para já, por acordo entre os grupos políticos representados, incluídos nos pilares Segurança e Proteção Civil, nomeadamente, a venda do terreno da Câmara em hasta pública, uma vez que gerou ainda algumas questões ou perguntas que podem ser feitas mais à frente, previamente destinadas às instalações da PSP, a construção do novo quartel da GNR e, no âmbito da Proteção Civil, a revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que, possivelmente, se encontra desatualizado à luz da lei vigente. Mas vamos chamar também os representantes do Executivo para poderem esclarecer quem de direito da Comissão. Dentro deste tema de revisão do Plano foi também abortada a possibilidade desta revisão prever e incluir as Juntas de Freguesia como unidades locais da Proteção Civil.

Numa segunda reunião, de dia 13 de abril, foram consensualizadas as questões que deveriam ser colocadas ao Executivo, relativamente ao processo de venda que acima falámos, previamente destinado à PSP, assim como o pedido de ponto de situação sobre a construção do novo quartel da GNR e revisão do Plano Municipal de Emergência. Inicialmente, teria sido avançado pelos membros da Comissão a elaboração de dois requerimentos a serem apresentados pela Comissão, mas o regimento em vigor não prevê que as Comissões apresentem requerimentos, sugestões ou recomendações, devendo ser este o papel dos grupos municipais. Neste sentido, ficou referido, em reunião de líderes posterior, solicitar a presença do representante do Executivo na próxima reunião da Comissão, para que pudessem ser colocadas as questões necessárias ao esclarecimento de dúvidas que possam ainda subsistir e serem feitas as recomendações posteriores que os grupos municipais entenderem.

Como Coordenador da Comissão, e com a quantidade e complexidade de temas do foro desta Comissão, é a minha expectativa que a Comissão possa reunir, no mínimo, uma vez por mês, sendo estas Comissões espaços de diálogo e obtenção de consensos possíveis entre todas as forças partidárias em prol da população.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“A 4ª Comissão ainda não reuniu, portanto não tem ainda ponto de situação. Sei que vai reunir em breve e depois disso dará conhecimento.”

Em seguida, informou que deram entrada na Mesa da Assembleia para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 - “Moção Comemoração dos 52 anos do 25 de Abril” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista
- 2.2 - “Moção Abril e Maio” apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda
- 2.3 - “Moção 50 anos da Constituição da República Portuguesa, 52 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974 e saudação ao 1.º de Maio”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária
- 2.4 - “Saudação 1º de Maio” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA
- 2.5 - “Saudação 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista
- 2.6 - “Saudação Dia da Mãe” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA
- 2.7 - “Saudação aos atletas do Concelho da Moita, Vasco Peso e Inês Reis” apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA
- 2.8 - “Moção Pela reversão da privatização da AMARSUL e o resgate do serviço público de resíduos na Península de Setúbal”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária
- 2.9 - “Moção Alhos Vedros–Lisboa: uma travessia por cumprir”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária
- 2.10 - “Voto de Saudação Aos Antigos Combatentes, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do Partido Socialista para proceder à apresentação do documento 2.1.

Deputada Adriana Palma do Grupo Municipal do Partido Socialista

“MOÇÃO

Comemoração dos 52 anos do 25 de Abril

Assinalam-se este ano 52 anos sobre o 25 de Abril de 1974, momento maior da história contemporânea portuguesa que devolveu ao povo a liberdade, a dignidade e o direito de decidir o seu futuro coletivo.

A Revolução de Abril pôs fim a um regime ditatorial que durante décadas limitou direitos fundamentais, reprimiu liberdades e impôs ao país uma guerra colonial longa, injusta e profundamente marcante para várias gerações de portugueses. Com ela abriu-se caminho à construção de um Estado de direito democrático, baseado na participação, na igualdade e na justiça social.

Ao longo destas cinco décadas, Portugal conheceu uma transformação profunda. O acesso à educação generalizou-se, o analfabetismo foi drasticamente reduzido e o nível de qualificação da população aumentou de forma muito significativa. O Serviço Nacional de Saúde tornou-se um pilar essencial da sociedade, garantindo cuidados de saúde tendencialmente universais. Os direitos dos trabalhadores foram consagrados e reforçados, promovendo maior equilíbrio nas relações laborais. As condições de vida melhoraram, o saneamento básico expandiu-se e o país modernizou-se, afirmando-se como uma democracia plural, aberta ao mundo.

Em 2026 assinalam-se também 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, documento estruturante que consagra direitos, liberdades e garantias fundamentais e que continua a ser o guia essencial na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igual em oportunidades. A Constituição permanece como referência maior da democracia portuguesa, assegurando o equilíbrio entre liberdade individual e responsabilidade coletiva.

Igualmente, celebram-se 50 anos das primeiras eleições livres para o Poder Local democrático, marco decisivo na consolidação da democracia. A partir desse momento, as populações passaram a eleger diretamente os seus representantes, participando ativamente no desenvolvimento dos seus territórios e na melhoria das condições de vida locais. O poder local afirmou-se, desde então, como um dos pilares fundamentais da democracia portuguesa, pela sua proximidade às populações e pela sua capacidade de resposta concreta aos seus problemas.

Importa, contudo, sublinhar que o caminho percorrido não foi isento de dificuldades. O período de consolidação da democracia conheceu desafios, tensões e erros próprios de um processo de transformação profunda. Esses momentos não podem, porém, ser utilizados para relativizar ou branquear a natureza repressiva e limitadora da ditadura que vigorou durante 48 anos. Não há

comparação possível entre um regime que negava liberdades fundamentais e um processo democrático que, apesar das suas imperfeições, sempre assentou na vontade popular e na construção de direitos.

Num tempo em que surgem discursos que procuram desvalorizar as conquistas de Abril ou distorcer a memória histórica, importa reafirmar com clareza o valor da liberdade, da democracia e dos direitos conquistados. Importa também reconhecer que o progresso alcançado não foi mero resultado da passagem do tempo, mas sim de um caminho consciente, democrático e progressista, assente na vontade coletiva de construir um país melhor.

A democracia é, por natureza, um processo em permanente construção. Exige participação, espírito crítico e compromisso com o bem comum. As exigências e aspirações dos cidadãos fazem parte desse caminho e são sinal de uma sociedade viva, que não se conforma e que procura continuamente melhorar.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em sessão ordinária, delibera:

- Assinalar os 52 anos do 25 de Abril de 1974, reafirmando o seu significado histórico e os valores de liberdade, democracia e justiça social que lhe estão associados;
- Evocar os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, destacando o seu papel fundamental na consolidação do Estado de direito democrático e na promoção da igualdade de direitos e oportunidades;
- Assinalar os 50 anos das primeiras eleições livres do Poder Local, reconhecendo a sua importância na construção de uma democracia participada e próxima das populações;
- Reafirmar a rejeição de qualquer tentativa de desvalorização das conquistas de Abril ou de branqueamento do regime ditatorial anterior;

Reiterar o compromisso com a defesa e aprofundamento dos valores democráticos, da participação cívica e do desenvolvimento social, económico e cultural do concelho e do país.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção colocou a moção à votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada por unanimidade**, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputado António Chora do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“MOÇÃO Abril e Maio

Considerando que:

No dia 25 de Abril enalteçemos e homenageamos quem lutou contra a ditadura e quem a derrubou.

Que abril nos trouxe direitos, liberdades e garantias mas que muito está a meio ou por fazer nomeadamente:

Um Serviço Nacional de Saúde que sirva os cidadãos;

Habitação digna e acessível aos rendimentos de cada um e trabalho com direitos e rendimentos dignos;

Por isso, celebrar abril não se esgota num pequeno espaço temporal, em textos ou cerimónias.

Celebramos abril quando recuperamos salários e pensões, quando devolvemos direitos e criamos mais apoios para quem precisa. Celebramos abril quando garantimos manuais escolares gratuitos e melhores condições de ensino. Celebramos abril quando criamos condições para que os cidadãos possam viver com dignidade.

Abril trouxe-nos a liberdade para saudarmos o 1º de Maio em festa e luta, pelo direito ao trabalho digno e justo.

Por isso, celebrar 1º de Maio neste momento é apelar á continuação da unidade sindical na luta contra o pacote laboral designado de Trabalho XXI, mas que na realidade mais não é que o regresso ás políticas laborais do século XIX, ao prever horários de trabalho de 50 horas semanais (+ 10) e até 150 por ano sem remuneração; a **liberalização anticonstitucional** do despedimento sem justa causa, ao impedir um trabalhador que ganhe um processo laboral de voltar á empresa.

Celebrar o 1º de Maio é combater:

O regresso à política de “Balões” do século XIX e XX, pomposamente agora designada por Outsourcing mas cujo significado é o mesmo, **despedir efetivos em massa** e a imediata admissão de outros a contrato temporário com salários mais baixos.

Celebrar o 1º de maio é combater a redução dos dias de férias onde existam acordos superiores aos 22.

É combater o **eternizar dos contratos** de trabalho a termo certo **para os jovens** e para todos os que nunca tenham tido um contrato de efetividade.

Foi contra isto que os trabalhadores no passado dia 11 de dezembro fizeram uma das maiores greves gerais que há memória no Portugal democrático, é pois, para continuar este combate que:

A Assembleia Municipal da Moita reunida a 30 de abril apela a todos, os trabalhadores, reformados, pensionistas e estudantes que tal como fizeram no 25 de abril passado, saiam de novo á rua e façam das manifestações e concentrações convocadas pelas Centrais sindicais UGT e CGTP para o dia de amanhã, 1º de Maio, um dia de festa mas também uma jornada de luta inesquecível pelos seus direitos e por um Portugal com políticas laborais e sociais do século XXI nomeadamente:

Melhor saúde e formação nos locais de trabalho, dignificação da CCT horários dignos, melhores salários e pensões.

Viva o 1º de Maio”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção colocou a moção à votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com dez votos a favor, sendo um do PS, oito da CDU, um do BE; catorze abstenções, sendo doze do PS, duas do PSD; sete votos contra do CH.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA proferida pelo Deputado Vítor Cardoso

“Só dar nota, sobre esta moção, que obviamente estamos sempre ao lado dos trabalhadores, mas eu acho que não podemos deturpar as negociações, convocando antecipadamente greves e tentando pressionar um dos lados neste tipo de negociações. Era só isso”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“A bancada do Partido Socialista acompanha naturalmente a valorização do 25 de Abril, do 1º de Maio, da dignidade do trabalho, da contratação coletiva, da melhoria dos salários e pensões, do combate à precariedade e da defesa dos direitos sociais. Estes são valores que fazem parte da matriz histórica e política do Partido Socialista e continuam a orientar a nossa ação autárquica e política.

Contudo, a presente moção contém formulações que consideramos excessivamente fechadas, juridicamente discutíveis e politicamente marcadas por uma leitura que não subscrevemos integralmente. A defesa dos direitos dos trabalhadores deve ser feita com firmeza, mas também com rigor, responsabilidade institucional e respeito pelo diálogo social.

O Partido Socialista entende que qualquer alteração à legislação laboral deve proteger os trabalhadores, valorizar os salários, reforçar a contratação coletiva, combater a precariedade e garantir a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, mas deve fazê-lo através da negociação, da

concertação social e do respeito pelo quadro constitucional.

Por estas razões, acompanhando os princípios gerais de valorização do trabalho e dos direitos sociais, mas não acompanhando a totalidade da formulação política da moção, a bancada do Partido Socialista absteve-se.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária proferida pelo Deputado Nuno Cavaco

“Nós acompanhamos a moção e estamos a favor porque ela, exatamente, coloca as questões como são. Não se pode falar... o meu tempo não é para contar, os outros não contaram, olha agora. O meu tempo não é para contar, os outros não contaram. Pronto, estava ali, é só para estarmos atentos todos. Mas dizia eu, nós acompanhámos a moção...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Peço desculpa, em relação ao tempo, o tempo é contado, só quando não há tempo é que se acresce 3 minutos.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Não, nas declarações de voto não. Os outros não contou, a CDU também não conta.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não contaram?”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Não, não é para contar.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“No regimento é para contar, só quando não há tempo é que se estende 3 minutos. Se não contou também não conta agora.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“No regimento não pode estar só para contar para a CDU não é?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não, é evidente que não. Mas eu não posso deixar de o corrigir, está bem?”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Está bem.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“É como é. Houve, realmente, um erro, da parte ali da régie, mas vamos corrigi-lo pondo todos em igualdade.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu vou brincar, e ainda bem que é corrigido, mas acontece sempre com a CDU. Dançamos sempre com a mais feia, é uma coisa impressionante.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária proferida pelo Deputado Nuno Cavaco (continuação)

“Voltando aqui ao que eu estava a dizer, a bancada da CDU votou, sem dúvida nenhuma, a favor da moção do Bloco de Esquerda, porque ela tem este condão de colocar as coisas como devem ser.

Não se pode falar em concertação social quando se exclui partes. Não se pode falar em negociação quando se exclui o maior sindicato português que representa o maior número de trabalhadores

portugueses. Não se pode falar de negociação quando o Governo diz que não quer negociar. Não se pode falar de negociação quando há partidos que dizem assim, à segunda-feira são a favor do Código do Trabalho que é apresentado agora, à terça-feira, porque há uma greve geral, já são a favor da luta dos trabalhadores, no dia a seguir já são contra, depois ainda dizem que não vão aprovar se não salvaguardarem os direitos dos trabalhadores que trabalham por turnos, as mulheres, ou aqueles que trabalham por ordens extraordinárias, mas a seguir, pasme-se, já aprovam, se reduzirem um mês à idade da reforma, mais meio-dia. E, portanto, isto não é sério. E o Bloco de Esquerda fez bem em colocar as coisas como elas são.

A CDU vai estar no 1º de Maio como está sempre e vai estar em todas as lutas que sirvam para dignificar a vida dos trabalhadores portugueses. E por isso que é que votámos a favor.”

Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Como eu votei a favor, e ao contrário de toda a minha bancada, eu queria dizer que concordo com os termos que foram colocados para a bancada do Partido Socialista, também concordo com alguns que a CDU aduziu agora, não com todos, naturalmente, mas entendo que, por tudo isso, o documento em si, a maioria dele, expressa verdade e expressa uma realidade que importa que todos os verdadeiros democratas se oponham àquilo que se pretende fazer. E, como tal, eu votei a favor, mesmo reconhecendo alguns dos excessos.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.3.

Deputado Pedro Ribeiro do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“MOÇÃO

50 anos da Constituição da República Portuguesa, 52 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974 e saudação ao 1º de Maio

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, é um marco da consolidação democrática, indissociável da Revolução de Abril.

Rompeu com a ordem constitucional da ditadura (1933–1974) e consagrou direitos, liberdades e garantias fundamentais e o acesso universal a serviços essenciais, bem como a igualdade entre homens e mulheres e o Poder Local Democrático. Ao projetar um horizonte de justiça social e dignidade, hoje ainda por concretizar em múltiplas dimensões, impõe-se a sua defesa perante propostas que desvalorizem direitos e fragilizem o papel social do Estado. Entre os constituintes esteve um eleito do nosso concelho, que mais tarde viria a ser eleito presidente da junta de freguesia da Baixa da Banheira e Vereador da Câmara Municipal da Moita, José Manuel Figueiredo.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 instituiu liberdades e direitos, impulsionou a democratização do País, promoveu uma redistribuição mais justa da riqueza, consolidou o Poder Local Democrático e a autonomia regional, consagrou a igualdade entre homens e mulheres e pôs termo à guerra colonial e ao imperialismo português. Afirmou uma sociedade orientada para as necessidades da maioria enunciadas na lei fundamental aprovada a 2 de abril de 1976.

O 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, tem origem na luta de 1886 em Chicago pela jornada de oito horas e simboliza a unidade e a afirmação de direitos, passou a ser celebrado em liberdade, mantendo uma forte ligação ao 25 de Abril e à defesa de melhores salários, da redução da precariedade, de maior dignidade e da valorização do trabalho.

Nestes termos, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 30 de abril de 2026, delibera:

- a. Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, reiterando a exigência do seu cumprimento e rejeitando alterações que retirem direitos ao povo e aos trabalhadores.
- b. Reafirmar a importância do Poder Local Democrático, enquanto pilar do regime democrático e instrumento de participação e desenvolvimento local.
- c. Promover a divulgação da Constituição junto dos mais jovens, valorizando a memória das conquistas de Abril.
- d. Saudar o 52.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, origem do movimento democrático e de avanços consagrados na Constituição.

- e. Saudar o 1.º de Maio, reafirmando-o como dia de luta e de direitos, em defesa de melhores salários, da redução da precariedade, de maior dignidade e da valorização do trabalho.

(Esta moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional – CGTP-IN e à União Geral dos Trabalhadores – UGT.)”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção colocou a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, um do BE; nove abstenções, sendo sete do CH, duas do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA proferida pelo Deputado Vítor Cardoso

«Basicamente, o CHEGA acha que é relativamente consensual o que está aqui escrito. Há um pormenor que não podíamos, de alguma forma, concordarmos com ele, que é esta alusão a “rejeitando alterações à Constituição”. A Constituição não é imutável, a sociedade muda, a própria Constituição não pode ser algo que é cristalizado e que tem que acompanhar o tempo. Ou seja, aqui pressupõe que a mudança na Constituição vai contra os direitos dos trabalhadores e poderá não ser assim.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para proceder à apresentação do documento 2.4.

Deputado Fernando Fonseca do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“SAUDAÇÃO

1º de Maio

Neste 1.º de Maio, reconhecemos o contributo de todos aqueles que, com o seu esforço diário, fazem funcionar o País e particularmente todos aqueles que contribuem diariamente para o desenvolvimento e crescimento do nosso concelho.

Mais do que uma data histórica, este deve ser um momento de gratidão para com todos os que mantêm ativa e coesa a nossa comunidade.

Este é um momento que deve unir-nos a todos em torno de um princípio comum: o respeito e a valorização do trabalho, em todas as suas formas, como base essencial de uma comunidade mais justa, solidária e próspera.

Defender o trabalho é defender princípios inegociáveis:

- O Respeito por quem trabalha;
- A Promoção de condições de trabalho dignas e seguras;
- O Reconhecimento do contributo de todos os trabalhadores para o bem comum;
- A Valorização do trabalho como fator de fixação de população e desenvolvimento local.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita reunida a 30 de Abril de 2026, delibera, saudar:

Os trabalhadores dos mercados, feiras e outras atividades tradicionais: pelo seu papel na preservação da identidade local.

Os trabalhadores das empresas, comércio local e instituições: que asseguram diariamente a vitalidade económica e social do Município.

Todos os trabalhadores em geral e, em particular, os trabalhadores do Município: incluindo os serviços da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, pelo seu contributo essencial na prestação de serviços públicos e na resposta às necessidades da população Pelo trabalho, pelos trabalhadores e pelo município.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, sete do CH, duas do PSD; nove abstenções, sendo oito da CDU, uma do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do Partido Socialista para proceder à apresentação do documento 2.5.

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do Partido Socialista

“SAUDAÇÃO

1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

O 1.º de Maio representa, historicamente, a luta pela dignidade do trabalho, por melhores condições de vida e por uma sociedade mais justa e solidária, valores que continuam a ser fundamentais no presente. Em Portugal, esta data encontra-se profundamente associada à afirmação da liberdade, da democracia e do Estado Social, pilares essenciais que garantem a proteção dos trabalhadores e a promoção da igualdade de oportunidades.

Num contexto em que subsistem desafios como a precariedade, as desigualdades e as exigências de um mundo do trabalho em transformação, é essencial reforçar o compromisso com políticas que promovam emprego digno, salários justos e proteção social.

Importa, igualmente, reconhecer que o trabalho não se esgota nas formas tradicionais de emprego formal. Existem contributos fundamentais para a sociedade que, sendo muitas vezes invisíveis ou insuficientemente valorizados, são essenciais ao funcionamento das famílias e das comunidades. É o caso, entre outros, dos cuidadores, cujo papel assume uma relevância social inegável, apesar de nem sempre ser acompanhado pelo necessário reconhecimento, apoio e proteção.

No concelho da Moita, importa reconhecer o contributo diário de todos os trabalhadores, nos mais diversos setores, cujo empenho e dedicação são determinantes para o desenvolvimento económico, social e cultural da nossa comunidade, bem como para a qualidade de vida das populações.

A Assembleia Municipal da Moita reunida a 30 de abril de 2026 em reunião ordinária saúda, assim, todas e todos os trabalhadores, reconhecendo o seu papel e reafirmando o compromisso com a valorização do trabalho, a defesa dos direitos laborais e a construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção colocou a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade**, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para proceder à apresentação do documento 2.6.

Deputada Cláudia Paulino do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“SAUDAÇÃO Dia da Mãe

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em sessão ordinária no dia 30 de abril de 2026, vem, por via da presente saudação, afirmar a importância central da família como pilar fundamental da sociedade, bem como reconhecer o papel insubstituível da mãe na formação moral, social e afetiva das gerações. No primeiro domingo do mês de maio festeja-se o Dia da Mãe. A figura materna desempenha um papel estruturante na coesão familiar e na transmissão de valores fundamentais.

Muitas mães acumulam a função parental com atividade profissional, enfrentando desafios acrescidos de conciliação entre a vida profissional e familiar.

O Dia da Mãe obriga-nos a agir. Não basta reconhecer o sacrifício. É preciso criar condições para que nenhuma mãe tenha de escolher entre o emprego e os filhos, entre a carreira e a família.

Num tempo em que os valores tradicionais são frequentemente desvalorizados, importa reafirmar a importância da família estruturada, da responsabilidade parental e do papel essencial das mães e mulheres, enquanto primeiras educadoras e guardiãs de princípios e valores que unem gerações. Assim a Assembleia Municipal da Moita delibera;

- 1- Saudar todas as mães, reconhecendo o seu papel insubstituível na família e na sociedade;
- 2- Assinalar a importância de políticas públicas que promovam a conciliação entre vida familiar e profissional;
- 3- Assinalar de forma digna o Dia da Mãe, reconhecendo publicamente o papel das mães na sociedade;
- 4- Promover iniciativas locais que valorizem a maternidade e reforcem os laços familiares;
- 5- Desenvolver e incentivar políticas que apoiem as famílias, em especial as mães, no exercício da maternidade;

Mais se delibera que a presente saudação seja divulgada pelos meios institucionais do Município da Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **maioria**, com doze votos a favor, sendo três do PS, sete do CH, dois do PSD; dez abstenções do PS; nove votos contra, sendo oito da CDU, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária proferida pela Deputada Eli Rodrigues

“A CDU votou contra esta saudação porque esta saudação cheira um pouco a mofo, quando fala nos valores tradicionais da família. Nós termos que defender as mães é a abrir creches públicas, que é isso que não se faz. Temos que defender as mães é pôr as mães com salário iguais aos pais. Temos que

defender as mães é dar condições nos trabalhos, não é valores tradicionais. O que é valores tradicionais? Uma criança pode ter duas mães e uma criança pode ter dois pais.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“Sobre esta saudação, a maioria da bancada do Partido Socialista associa-se, naturalmente, à saudação do dia da mãe e ao reconhecimento do papel fundamental de todas as mães na vida familiar, social e comunitária. Reconhecemos também a importância de políticas públicas que promovam a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, bem como medidas de apoio às famílias, à maternidade, à parentalidade e à infância.

Contudo, a presente saudação contém formulações que não acompanhamos integralmente, designadamente quando associa a valorização da maternidade a uma leitura demasiado fechada sobre os chamados valores tradicionais e sobre a ideia de família estruturada.

Para o Partido Socialista, a valorização das mães deve ser feita num quadro de igualdade, inclusão e respeito pela diversidade das famílias, reconhecendo também a importância da corresponsabilidade parental e dos direitos das mulheres.

Assim, acompanhando o sentido geral de homenagem às mães, mas não subscrevendo a totalidade da formulação política apresentada, a maioria da bancada do Partido Socialista opta pela abstenção.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda proferida pelo Deputado António Chora

“Eu pedi muito rapidamente para falar para dizer o seguinte. Nós, eu principalmente, aqui em representação do Bloco de Esquerda, não temos nada que nos leve a não estimular a maternidade e a paternidade, como é evidente, mas moções deste tipo não nos agradam. E como somos republicanos e laicos e isto está muito ligado às questões da Igreja, desculpem-me lá, mas não podia votar favoravelmente uma questão destas.”

Declaração de Voto do Deputado João Soeiro Grupo Municipal do Partido Socialista

“Votei favoravelmente porque revejo-me em absoluto na família tradicional. Nada, nem ninguém, nenhuma mãe substitui a minha, nenhuma mãe substitui a mãe dos meus filhos e nenhuma mãe substitui as mães dos meus netos.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para proceder à apresentação do documento 2.7.

Deputada Leonor Marta do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“SAUDAÇÃO

Aos atletas do Concelho da Moita

Vasco Peso e Inês Reis

A Assembleia Municipal da Moita vem, por este meio, saudar e felicitar os atletas **Vasco Peso**, em representação da Sociedade Filarmónica Estrela Moitense, pela notável conquista do título de Campeão Europeu de *Tumbling* e **Inês Reis** da Sociedade Filarmónica de Recreio e União Alhos Vedrense (SFRUA), pela conquista da medalha de bronze por equipas, no Europeu de Trampolins, e por ter alcançado a fase final individual em Duplo Minitrampolim.

Estes extraordinários feitos desportivos constituem motivo de grande orgulho, não só para os clubes que representam, mas também para toda a comunidade local e para Portugal, elevando o nome do país além-fronteiras através do talento, dedicação e espírito de superação demonstrados.

As conquistas agora alcançadas são o reflexo de um percurso marcado por empenho, disciplina e resiliência, valores que dignificam o desporto e que servem de inspiração às gerações mais jovens.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita reunida a 30 de Abril de 2026, delibera, saudar:

- Os atletas Vasco Peso e Inês Reis pelo brilhante resultado obtido;
- A Sociedade Filarmónica Estrela Moitense e Sociedade Filarmónica de Recreio e União Alhos Vedrense (SFRUA), os seus treinadores, equipa técnica e familiares, pelo apoio fundamental ao sucesso alcançado.

Manifestar também o orgulho coletivo por estas conquistas de elevado mérito desportivo, fazendo votos de que estes triunfos se traduzam em renovados êxitos pessoais e profissionais, continuando a prestigiar o desporto nacional e o Município.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a saudação à discussão intervieram:

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A CDU já tinha valorizado os atletas na Câmara Municipal e nós vamos acompanhar, até porque grande parte do texto que aqui está é adaptado da declaração da CDU, portanto vamos acompanhar.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, colocou a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade**, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.8.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“MOÇÃO

Pela reversão da privatização da AMARSUL e o resgate do serviço público de resíduos na Península de Setúbal

Considerando que a gestão de resíduos sólidos urbanos constitui um serviço público essencial, indissociável da salvaguarda da saúde pública e da sustentabilidade ambiental, conquistado pelas populações e pelo Poder Local Democrático com o 25 Abril 1974, a estrutura de gestão da Amarsul deve responder sempre ao interesse das populações e do ambiente, e não à maximização do lucro privado.

Até à passagem da maioria do capital da Amarsul para a esfera privada, resultante da privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) em 2015, o objetivo da empresa era melhorar o ambiente e a qualidade de vida das populações; desde a privatização da EGF, que detém a maioria do capital da Amarsul, tem-se assistido a um desfasamento crescente entre a estratégia do grupo privado e as necessidades reais dos municípios e dos munícipes, de que resultou:

1. Explosão tarifária: entre 2016 e 2024, as tarifas de tratamento de resíduos subiram mais de 300% (de 20€ para 77€/tonelada), enquanto os valores destinados a investimento se mantiveram estagnados.
2. Degradação do serviço: verifica-se uma gritante falta de qualidade na recolha seletiva e na modernização de equipamentos, agravada pelo esgotamento iminente dos aterros de Palmela e do Seixal, cujo encerramento, previsto para 2028 sem que a EGF apresente uma estratégia que não passe pelo agravamento de custos, coloca em causa a capacidade regional na gestão de resíduos.
3. Danos ambientais: o agravamento dos problemas com o encaminhamento e tratamento de lixiviados no aterro de Palmela, está a colocar em risco a saúde da população do concelho da Moita e a qualidade dos lençóis de água utilizados desde sempre para o consumo doméstico e agricultura

4. Injustiça fiscal: a Taxa de Gestão de Resíduos, que acresce à tarifa de tratamento de resíduos, e que atinge os 40€ em 2026, funciona como um imposto opaco. A política conivente da Agência Portuguesa do Ambiente, que retém as verbas deste imposto sem o devido escrutínio ou reinvestimento sistemático nos municípios, que são quem efetivamente presta o serviço, contribui para a asfixia da capacidade de resposta das autarquias, dificultando mesmo o cumprimento do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030).
5. Precarização laboral: a política salarial da Amarsul tem conduzido ao esmagamento das remunerações, absorvidas pelo Salário Mínimo Nacional. Urge reverter esta trajetória através da valorização dos salários e do pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade, direitos fundamentais dos trabalhadores do setor.

A evidente degradação do serviço, a insuficiência da recolha seletiva e a gestão deficiente das infraestruturas, demonstram que a gestão privada de empresas estratégicas como a Amarsul, privilegiando a distribuição de dividendos em detrimento da qualidade dos serviços prestados aos municípios e às populações, do investimento na modernização tecnológica e no cumprimento das metas ambientais, são um tremendo erro.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, delibera:

1. Exigir ao Governo o regresso à esfera de gestão pública da Amarsul, garantindo um controlo democrático onde os interesses do Município da Moita e dos seus munícipes sejam salvaguardados.
2. Exigir do Governo a alteração do modelo regulatório atual, com efeito na redução imediata das tarifas de tratamento de resíduos, impedindo que esta fatura, por via das taxas cobradas aos munícipes, continue a ser um mecanismo de transferência de riqueza pública, para o setor privado.
3. Exigir que as verbas da Taxa de Gestão de Resíduos pagas pelos munícipes regressem ao concelho, para financiar a modernização do sistema de recolha e a valorização ambiental.
4. Manifestar solidariedade com os trabalhadores da Amarsul, exigindo carreiras dignas e o fim da precariedade como base da melhoria da qualidade do serviço prestado.
5. Exigir do Governo o seu empenho na resolução do problema do esgotamento dos aterros, com a alocação dos recursos de financiamento necessários para uma solução mais perene, sem que isso signifique um maior agravamento das tarifas cobradas aos municípios.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Sobre esta moção tenho aqui a fazer algumas referências à mesma, começando já por dizer, e acho que até já disse isto aqui numa intervenção minha sobre uma questão também da Amarsul, nós na realidade não temos dogmas sobre aquilo que é o investimento privado e com aquilo que o privado faz e pode fazer em qualquer um dos serviços que sejam feitos. No entanto, há aqui claramente nesta moção verdades que são indesmentíveis. A Amarsul hoje não funciona como deveria de funcionar, não disponibiliza o serviço na qualidade que deveria disponibilizar tendo em conta aquilo que é os custos que cada um dos municípios paga pelo tratamento do lixo, que assistimos este inverno a uma situação gritante no que respeita à parte dos lixiviados que vieram para os terrenos privados e que contaminaram esses terrenos e nomeadamente as linhas de água. Isso é claro e não há maneira de desmentir.

No entanto, a passagem da Amarsul, na nossa opinião, para a esfera pública não resolve o problema, porque hoje já se discute na AML exatamente este problema, nomeadamente, um problema que assiste à margem sul do Tejo mas também à zona norte do Tejo, e que tem que ser vista com uma maior abrangência do que esta que nós estamos a ver aqui nesta moção, que é reverter a privatização que foi feita da Amarsul. E por isso, como é óbvio, nós não podemos acompanhar esta moção, porque não é desta forma que nós vamos conseguir resolver o tratamento daquilo que é os resíduos que nós temos hoje e não é também com o Ecoparque de Pamela que nós vamos conseguir resolver esse problema muito brevemente.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Mais uma vez, embora acompanhem grande parte do texto que está plasmado neste documento, obviamente que estamos de acordo, e trabalhamos para isso, com o pedido de resolução dos problemas ambientais criados pela Amarsul, que são urgentes e que trabalhamos nisso, e a nossa comissão está também empenhada em tratar desses assuntos, achamos que não é com um pedido de nacionalização quase da empresa que os problemas se vão resolver.

Temos problemas idênticos com a Simarsul e a Simarsul é de capitais maioritariamente públicos também, portanto, acompanhamos a questão do pedido de resolução dos problemas ambientais para a população, a questão ao nível de passagem para domínio público da empresa não é acompanhada por nós.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Querida só dar aqui nota de um aspeto. A questão aqui da reversão da privatização da Amarsul, e o representante do PS falava em dogmas do investimento privado, pelo visto tem dogma relativamente àquilo que é o investimento público, porque ainda há pouco tempo, e a Câmara da Moita esteve presente numa Assembleia Geral e tornou isso público, que a Amarsul teve um lucro de 1,7 milhão de euros e o que fez, exatamente, foi uma distribuição de dividendos. Dividendos quando não fez investimento nos ecoparques, quando não fez investimentos na recolha seletiva que tanta falta faz para, exatamente, haver menos produção de resíduos. Portanto, aqui o dogma é exatamente contra aquilo que é público.

E, já agora, a solução passa pelo investimento público porque qualquer solução que seja encontrada, seja de incineração, seja de um novo aterro, requer investimento público. E esse investimento público, exatamente, não queremos que vá parar novamente à mão do privado, tal como aconteceu com o investimento deste aterro, que foi um investimento público, candidato a fundos comunitários e que foi engrossar, exatamente, as algibeiras do privado. É isso que nós não queremos.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu queria só responder aqui ao Sr. Deputado João Faim que eu não tenho dogma com o investimento público nem com o investimento privado, e por isso é que eu acho que isto não é a solução, nós estarmos a reverter a privatização que foi feita. Acho que nós temos que nos focar é em como é que nós vamos tratar dos resíduos que nós temos hoje, seja na margem sul do Tejo, seja na margem norte do Tejo, para que nós consigamos garantir a sustentabilidade ambiental que precisamos de garantir, o tratamento dos resíduos que todos nós produzimos, com taxas aceitáveis por parte dos municípios. E por isso, para mim, a reversão da privatização não é uma solução para este tema.

Como eu volto a dizer, há aqui muitas verdades nesta moção que são indesmentíveis. Todos nós assistimos, todos nós temos ecopontos à nossa porta, todos nós verificamos o mau serviço que há a Amarsul nos presta, todos nós assistimos àquilo que ocorreu com os lixiviados para os terrenos privados, não há dúvidas disso. Mas, na minha opinião, e na nossa opinião, não é a reversão da privatização que vai resolver isto. Porque, a reverter a privatização, o que é que nós vamos fazer com o aterro que temos no ecoparque de Palmela que está nos limites dos limites? Como é que nós vamos resolver esse problema? Será que é a reversão da privatização que vai resolver esse problema? Ou criar uma quarta linha, como já se fala, uma quarta linha de tratamento que vai duplicar as taxas que nós pagamos dos resíduos que são tratados hoje? Por isso não é a reversão da privatização que está aqui.

O que está aqui em cima da mesa é, temos que pensar numa solução que responda à sustentabilidade ambiental, ao tratamento dos resíduos que todos nós produzimos, a taxas aceitáveis para aquilo que é capacidade financeira dos municípios, seja na parte da margem sul, seja na parte da margem norte, que já têm hoje esse mesmo problema.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Só para dizer que não podia estar mais de acordo com esta última parte que o Sr. Daniel Serpa referiu. De facto, a questão está exatamente assim. Nós queremos a sustentabilidade e queremos tarifas justas e que sejam suportáveis pelas pessoas, e não o aumento brutal das tarifas que vai reverter para o privado. E, como já referi, o investimento para novas soluções tem que ser um investimento público, não é o investimento do privado que vai resolver seja o que for em termos do tratamento de resíduos. Historicamente é isso que a gente está a assistir, e é isso que os senhores, exatamente, estão a fazer com que volte a acontecer, que é, haja uma solução, paga por todos nós, paga pelo Estado, paga pelos

portugueses e que vá reverter para o bolso de qualquer empresa, multinacional ou nacional, qualquer capitalista que ponha ali o seu dinheiro na bolsa a render.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Permita-me colocar uma questão à bancada da CDU. Se quer reformular este ponto número 1, de forma a que isto pudesse ser aceite por todos, porque parece que é a única coisa que está aqui em causa, exigir o regresso à esfera de gestão pública. O que se pede é que o Estado intervenha, realmente, de maneira a resolver os problemas.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Se a gente defende isto há décadas agora vamos mudar de opinião?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“É que tudo o resto, no meu ponto de vista, está correto. É que ninguém tem a verdade absoluta. Coloquei a questão, não querem vamos passar à votação.”

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria**, com nove votos a favor, sendo oito da CDU, um do BE; vinte e duas abstenções, sendo treze do PS, sete do CH, duas do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“Queria pedir que a minha intervenção fosse considerada declaração de voto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária para proceder à apresentação do documento 2.9.

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“MOÇÃO

Alhos Vedros–Lisboa: uma travessia por cumprir

A mobilidade no concelho da Moita continua marcada por uma forte dependência do transporte individual, que já ultrapassa 50% das deslocações diárias, consequência de uma rede de transportes públicos incapaz de responder às necessidades reais da população. Diariamente, entre 16 mil e 25 mil munícipes deslocam-se para Lisboa, enfrentando tempos de viagem frequentemente superiores a uma hora. A necessidade de reforçar e diversificar as ligações fluviais na Área Metropolitana de Lisboa é reconhecida há décadas e está prevista em instrumentos como o PMMUS – Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável. Também há décadas que a CDU defende de forma consistente a ligação fluvial direta entre Alhos Vedros e Lisboa como resposta estruturante para a mobilidade na região.

No entanto, as opções políticas têm seguido o caminho inverso, com redução de frota, supressão de carreiras e abandono de infraestruturas estratégicas.

Neste contexto, o anúncio de uma ligação Alhos Vedros–Montijo, em vez de uma ligação direta a Lisboa, constitui um erro estratégico. Esta solução reduz a atratividade do transporte fluvial, agrava impactos ambientais e não responde às necessidades dos utentes, tratando Alhos Vedros como uma linha secundária e desperdiçando o potencial deste investimento.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera:

1. Exigir clareza e compromisso com a ligação fluvial Alhos Vedros–Lisboa, garantindo procura adequada, tempos de percurso definidos e um serviço regular que responda às necessidades da população.
2. Avaliar os impactos da instalação do terminal no “Cais Novo”, incluindo dragagens e efeitos nas margens do Tejo, com especial incidência na zona do Rosário.
3. Avaliar os impactos dos acessos rodoviários e estacionamento em áreas sensíveis como sapais e salinas.
4. Avaliar os efeitos no trânsito local e nos acessos à vila de Alhos Vedros.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado Diogo Louro do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

“Eu queria só fazer aqui uma observação, que era até que ponto é que esta opção Lisboa – Alhos Vedros, Alhos Vedros – Lisboa seria compatível com a terceira travessia do Tejo. Porque eu, pessoalmente, sou e serei sempre um defensor, exatamente, como já foi explanado, que é a terceira ponte ser Lisboa Chelas, o aeroporto em Alcochete, onde será futuramente, espero eu, e também defendo ainda uma plataforma intermodal ali na zona do Rio Frio. E queria só questionar, como eu disse, e acho que não vai ser por isto que irei votar contra esta moção, só questionar, precisamente até que ponto é que seria compatível com a terceira travessia Lisboa Chelas.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Quero fazer aqui algumas observações a esta moção, que até acho interessante ter vindo a esta Assembleia Municipal uma moção deste tipo, pois há aqui algumas contradições, na minha opinião, mas pronto, isto é só a minha opinião. Eu, a primeira vez que ouvi falar mais a sério sobre este tema foi, se não me engano, em 2022, ou 21, se não me engano, 22, esta travessia, até numa visita, na altura, do Primeiro-Ministro, sobre aquilo que eram os investimentos para o Arco Ribeirinho, aqui na nossa zona, e que incluía aqui outros municípios também. Não me lembro de ter ouvido falar antes sobre este tema.

Mas, mais uma vez, a CDU sempre defendeu as ligações fluviais na Área Metropolitana de Lisboa. Eu não me lembro de ouvi-los a defender uma ligação fluvial de Alhos Vedros a Lisboa, mas isso é só um pormenor. Podia estar desatento.

Depois, a CDU tem sempre esta tendência, que eu acho engraçado, que é quando é para os outros tem sempre que se fazer de uma forma objetiva e que responda a tudo aquilo que são as necessidades, mas quando são a CDU a governar e a fazer, faz-se pela metade e depois logo se faz a segunda fase. É assim que nós estamos habituados. Pelo menos aqui no nosso município, era assim que nós estávamos habituados. Então, fala aqui no “contexto, o anúncio de uma ligação Alhos Vedros – Montijo”, não é Alhos Vedros – Montijo, é Alhos Vedros – Montijo – Lisboa, em que os passageiros que entram na embarcação em Alhos Vedros não vão sair no Montijo e trocar de barco. Se assim for, então devem ter alguma informação confidencial que nós desconhecemos, porque não foi isso que eu li em tudo aquilo que foram os anúncios, fosse da Câmara Municipal, fosse até dos administradores da Transtejo Soflusa nas declarações que fizeram à comunicação social.

Depois, “avaliar os impactos da instalação do terminal no “Cais Novo”, “avaliar os impactos dos acessos rodoviários”, pois claro, como é óbvio, um projeto deste tem que ter esses impactos todos avaliados, senão, estava lá um cais de desmantelamento. Ainda hoje, temos o Porto de Lisboa a deixar lá parqueadas embarcações que não sabe muito bem o que é que vai acontecer, mas é melhor termos lá embarcações paradas a apodrecer do que termos de facto um cais fluvial que vai fazer a ligação Alhos Vedros – Montijo – Lisboa. Por isso, como é óbvio, nós não vamos acompanhar esta moção, porque isto não tem por onde se lhe pegue.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Eu queria fazer só uma observação, que também já foi aqui feita. Quando se diz que, para exigir a clareza, compromisso com a ligação, ok, tudo bem, e depois fazer avaliar os impactos, avaliar os impactos rodoviários, trânsito local, eu acho que, obviamente, isto também terá um estudo de impacto ambiental e, posteriormente, este impacto será analisado e até, se calhar, será alvo de uma consulta

pública, eventualmente. Portanto, eu acho que não há grande sentido nesta moção, mais que reafirmar aquilo que a CDU tem afirmado também.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Para dar resposta às questões colocadas, porque nós somos democratas, muito rapidamente, dizer ao Sr. Diogo que não é por se falar no túnel Trafaria – Algés que vai deixar de haver barcos de Almada para Lisboa, nem da ponte Barreiro – Chelas que vai deixar de haver barcos do Barreiro para Lisboa, antes pelo contrário. Portanto, as observações do Diogo estão respondidas.

Sobre o estudo de impacto ambiental, é mesmo por nós, no concelho da Moita, termos uma má experiência que estamos aqui a alertar. Toda a gente se lembra do aeroporto na base aérea do Montijo e de um estudo de impacto ambiental que se verificou que foi um logro. Logro. Queriam enganar as pessoas, e aqui há responsabilidades políticas e partidárias que devem ser assumidas. Inclusive, gente nesta sala que disse coisas que não leva a... Mas, adiante, estamos a falar de outras coisas.

Depois, dizer ao Sr. Daniel Serpa que não há solução de mobilidade que não seja atrativa para os munícipes ou para os utilizadores que seja utilizada, e eu tenho muitas dúvidas que alguém apanhe um barco para o Montijo para ir para Lisboa, porque demora mais tempo de barco, quase, do que de carro, e com autocarros de linhas diretas há outras soluções, portanto é estudar.

Mas, já agora, só dizer uma coisa ao Sr. Daniel porque eu quero ajudá-lo. Ele diz que nunca ouviu a CDU falar e a CDU tem isto em programas eleitorais de há 40 anos, de há 30, de há 20. O Sr. Daniel pode ler, pode ser que aprenda alguma coisa, mas tem também, por proposta do PCP, no... Professor Cavaco, já me chamaram outros colegas seus lá do outro lado, mas eu ajudo. Consulte o PROTAML que está em vigor, que é de 2002, está lá esta solução e foi proposta pela CDU. Vá também ver, porque o seu partido gosta muito das propostas do Partido Comunista Português e de Os Verdes, em sede de PIDDAC estão lá muitas coisas destas. Portanto, o Sr. tem que se informar um bocadinho melhor, também é novo na política, pronto, e eu até gosto do estilo, mas se for preciso eu faço-lhe chegar uns documentos.”

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

“Eu só queria dizer aqui uma ou duas frases em relação a esta questão e reforçar aquilo que o Daniel Serpa disse. É do conhecimento público, e há documentos, que a Câmara Municipal da Moita, durante 40 anos, deu parecer favorável a que se mantivesse o estaleiro naval, de desmantelamento naval no Cais Novo de Alhos Vedros. Como é que alguém que dá parecer favorável, não foi só a Câmara Municipal, foi a APA, foi a Administração do Porto de Lisboa, que é o detentor dos terrenos e faz a concessão, e outras entidades ligadas ao ambiente, mas falando em concreto da Câmara Municipal da Moita, dá parecer favorável para continuar ali uma empresa a fazer o seu negócio, o desmantelamento naval, que era importante, atenção, era importante, até para a economia local, porque dava emprego a muita gente e era a segunda maior, ou uma das maiores, de desmantelamento naval do país, mas de certeza que, ao dar parecer favorável, não queria que o local ficasse livre para poder tratar-se e iniciar-se a possibilidade de fazer a travessia fluvial.

Portanto, eu acho que isto é aquilo que toda a gente sabe, não vale a pena estar a dizer o contrário, porque efetivamente foi isto que se passou. Se emitiu o parecer favorável para continuar lá uma empresa a laborar, é porque não queria um terminal fluvial e nunca ia ser possível. Agora, pelos vistos, fazem questão de ter aqui esta moção. Acho que sim.”

Deputado Diogo Louro do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

“Só para clarificar a minha intervenção. Eu não disse, na minha intervenção, que ia deixar de haver barcos. Eu próprio, que faço o trajeto Lisboa – Barreiro, Barreiro – Lisboa praticamente todos os dias, sei quanto tempo é que o barco demora. O que eu disse foi que, havendo esta alternativa, e era uma questão de complementaridade com a Terceira Travessia Foi só isto que eu disse.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Quero só deixar aqui mais umas notas quanto a este tema. Eu deixei claro na minha intervenção que podia estar enganado na apreciação que fiz sobre aquilo que era a intenção da CDU, durante os últimos anos, de falar sobre este tema. Mas, se me permite a brincadeira Sr. Deputado Nuno Cavaco, para a próxima, vou-me aconselhar com o Sr., que o Sr. claramente é um conhecedor claro de tudo aquilo que se passou nos últimos 40 anos neste município, por isso pode ser que a gente consiga aprender alguma coisa consigo.

Depois, só para clarificar aqui alguma coisa. Aquilo que eu disse, e volto novamente a reafirmar, é que os processos que nós estamos a analisar aqui nesta nova travessia do Tejo, aquilo que está em cima

da mesa é um faseamento daquilo que é esta nova ligação fluvial a Lisboa, e nós não podemos, de alguma forma, nem exigir ao concessionário que repense efetivamente nisto, porque o concessionário tem que avaliar efetivamente estas ligações. E por isso, e pelo que eu tenho conhecimento, aquilo que foi pensado foi fazer, numa fase inicial, esta ligação fluvial passando pelo Montijo e fazendo ligação à Lisboa, não aos cais que nós conhecemos hoje em Lisboa, a outro cais, e que é mais uma linha, mais uma ligação complementar a todas as outras que existem da ligação da margem sul à margem norte.

Já sabemos que o Sr. Nuno Cavaco prefere ir de carro. Bom, ele tem capacidade financeira para ir de carro para Lisboa, mas há muita gente que não tem, e que tem que optar pelos transportes públicos e tem que optar pelas várias opções que tem. Uns vão de autocarro, outros vão para o Barreiro de comboio e apanham o barco no Barreiro, os outros vão de carro porque têm condições financeiras para o fazer, e é isto.

Por isso, este é mais um complemento àquilo que é as ligações a Lisboa, esperemos, brevemente, que ela seja implementada, porque era muito importante, claramente, para os municípios em Alhos Vedros e, obviamente, para o nosso município todo, que tem acesso a uma ligação fluvial a Lisboa muito mais próximo do que ter que se deslocar, por exemplo, para o Barreiro, que está altamente congestionado também, e por isso eu acho que isto é um tema importante. Agora, vir com esta retórica política, de dizer que é preciso fazer isto, fazer aquilo, bem, era preciso fazer isto, se calhar, há 10 anos atrás, e não era agora que estamos a falar sobre este tema.”

Deputado Pedro Ribeiro do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Eu só quero fazer uma pergunta a todos os membros da Assembleia. Vocês acham que faz sentido apanhar um barco para o Montijo para ir para Lisboa, quando, geograficamente, Alhos Vedros está mais próximo de Lisboa do que o Montijo? É só isto.”

Deputado Pedro Mateus do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Isto é o seguinte, o estudo consiste em que as pessoas façam a ligação para o Montijo e depois que haja, no mesmo trajeto e no mesmo barco, mas isto é um estudo. A gente o que quer é lá o terminal e depois logo se vê. Mas a ligação que existe, neste momento, é que as pessoas façam num navio para o Montijo e do Montijo para o Parque das Nações. É o que está em estudo, mas nada impede que depois se possa alterar uma ligação de Alhos Vedros para o Terreiro do Paço ou de Alhos Vedros para o Cais do Sodré. Isto depois faz tudo parte, mas neste momento o estudo que está em cima é para o Montijo. As pessoas não saem do navio, as pessoas seguem para o Parque das Nações, porque há muita procura para o Parque das Nações. Temos a 4701 que está altamente congestionada, mas isto nada impede depois, estando lá o terminal, que se façam ligações para outras áreas da Lisboa.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, colocou a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **reprovada** por **maioria**, com nove votos a favor, sendo oito da CDU, um do PSD; nove abstenções, sendo sete do CH, uma do PSD, uma do BE; treze votos contra do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda proferida pelo Deputado António Chora

“Muito rapidamente, é preciso dizer que a minha abstenção tem a ver com aquilo que eu considero, que não é viável economicamente esta ligação até pelas implicações que tem em termos ambientais, e principalmente por essas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal do Partido CHEGA para proceder à apresentação do documento 2.10.

Deputado Hugo Simões do Grupo Municipal do Partido CHEGA

**“VOTO DE SAUDAÇÃO
Aos Antigos Combatentes**

“No passado dia 9 de abril assinalou-se o Dia do Combatente, data de profundo significado nacional que evoca a Batalha de La Lys, travada em 1918, e homenageia todos os militares portugueses que, ao longo da nossa História, serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional.

Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar.

Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a Pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português. Muitos perderam a vida. Outros regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático.

Importa igualmente reconhecer que, durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social, clínico e institucional compatível com os serviços prestados ao país.

Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido.

Também no concelho da Moita residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração. Moita, terra de forte ligação às Forças Armadas e à Defesa Nacional, tem especiais razões para valorizar esta memória e esta herança de serviço.

Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado. É afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária a 30 de Abril de 2026:

- 1 - Saúda todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;
- 2 - Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação;
- 3 - Manifesta solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado o voto de saudação à discussão intervieram:

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Quereria só deixar aqui umas notas sobre esta saudação. Como é óbvio, todas as saudações e todo o reconhecimento que possa ser dado aos antigos combatentes nunca são demais, e acho que devemos valorizar efetivamente aqueles que, pela Nação, mesmo que muitos deles obrigados, lutaram em vários sítios e defenderam a nossa Nação, pelas circunstâncias que todos nós sabemos da história.

É de ressaltar também que já houve algumas intervenções no nosso município, nomeadamente, algumas que querem efetivamente homenagear os antigos combatentes e por isso esperamos que aquilo que era o projeto inicial para homenagem aos antigos combatentes previsto pelo município, nomeadamente, o Largo dos Antigos Combatentes, que se proporcione e que seja mais um meio de podermos todos homenagear aqueles que caíram no estrangeiro, muitos deles, a combater pela nossa Nação.”

Deputado João Soeiro Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Vou recordar aqui algumas palavras do meu amigo e companheiro de Partido, António Duro, Presidente desta Assembleia Municipal, aquando do último 25 de Abril.

Disse o Presidente António Duro “o 25 de Abril pôs fim a uma guerra injusta que trouxe sofrimento a milhares de jovens e familiares”. É verdade, sim senhor. Sem dúvida nenhuma.

Depois vejo coisas como estas na televisão, o desprezo a que o país condenou estas pessoas, e o concelho da Moita também não tem sido bom exemplo, porque não os recordou ainda.

Este concelho, que deu nome ao Neto, ao Cabral, ao Machel, entre outros, que repete datas em ruas, travessas, avenidas, praças, pracetas, etc., que retirou o nome, nesta terra, à praceta do Ultramar, onde tinha o símbolo da Rosa dos Ventos, que faz parte da nossa história e não podemos ignorar a história nem renegá-la sequer. História é história, ponto final de parágrafo. Portanto, eu penso que é tempo de também o concelho da Moita, e porque de todas as localidades do concelho da Moita saíram combatentes à força para a Guerra Colonial, à força, porque não foram livre de vontade, e um que quis fugir morreu, porque bebeu água salgada e morreu, e tem nome de rua. Eu penso que era justo, o mínimo que se pode fazer para estas pessoas, é recordá-los, porque foram obrigados a lá ir. O sofrimento que foi causado, é um facto, às famílias. Muitos estão a sofrer, porque ainda estão vivos, e já não são muitos. O mínimo que se pode fazer, para uma homenagem justa, é que em cada localidade eles sejam recordados. Há espaço neste concelho para, em todas as localidades, haver uma rua, avenida, praceta, etc., rua dos combatentes na Guerra Colonial. É o mínimo que se pode fazer.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A CDU vai votar contra e vai votar contra porque este documento mistura tudo.

Nós respeitamos os combatentes portugueses, até hoje, temos propostas, inclusive para aqueles que estão lá fora a defender outros países, agora não podemos é misturar tudo. Não podemos misturar a Primeira Guerra Mundial com uma guerra injusta e cruel que os portugueses tiveram culpa. E mais. E mais. E não é a fazer homenagens que resolvemos os problemas.

Eu sou familiar de uma pessoa traumatizada de guerra, que foi perseguido e cujos chefes até foram perseguidos por serem de esquerda. E não é no Ultramar, é lá em África. Aqueles povos têm territórios, têm culturas, são países, portanto, estes combatentes não merecem uma saudação, mas sim um pedido de desculpas, pois foram para uma guerra injusta e cruel, não para defender a pátria, porque esta não estava ameaçada ou em risco, mas porque foram obrigados e muitos foram obrigados a matar ou a morrer para oprimir e hostilizar outros povos e outras pátrias. E esta é a verdade. Esta é a verdade.

Portanto, misturar tudo, não é nada. A CDU não pode acompanhar isto, e estas pessoas merecem o acompanhamento psicológico, mas temos que denunciar que foram para lá para defender interesses do regime fascista que protegia grandes empresas e capitalistas corruptos, pedófilos, ladrões e tudo aquilo que hoje se diz de gente honesta e séria e que se limpa dizendo que faz falta três Salazares. Não faz falta três Salazares, faz falta é pedir desculpa a toda a gente que sofreu com o que o Salazar fez e aqueles hoje apaniguados que o defendem ainda hoje.

Portanto, vamos votar contra e vamos votar contra com toda a convicção.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“O Sr. Nuno Cavaco que me desculpe, isso é uma perfeita demagogia política que está a fazer. Desculpe lá. Estamos a saudar antigos combatentes, não estamos a dizer que eles foram para a guerra porque quiseram ou por livre vontade. Essa é a questão.

Se foram na Batalha de La Lys, se foram no Ultramar, se foram em missões de paz, que também aconteceu e também morreram portugueses e militares lá fora nossos há pouco tempo, é isso que está em causa. Saudar todos os militares e todos os antigos combatentes. Não é misturarmos aqui, e isso está a CDU a fazer a misturar as questões. Não é isso que nós estamos a fazer.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, colocou o voto de saudação a votação.

Submetido a votação, o **voto de saudação** foi **aprovado** por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, sete do CH, dois do PSD; nove votos contra, sendo oito da CDU, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Deputado Diogo Louro do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

“Não é uma declaração de voto, mas também já foi aqui, eu sou filho ex-militar que esteve na Guiné de 72 até 74. Também vivi e vivo esta situação porque, como já aqui foi dito, ninguém queria, infelizmente, como aqui já foi dito também, ser obrigado a ir servir para a Guiné, para Angola, para Moçambique, onde muitos jovens, infelizmente, faleceram, e de onde teve uma das principais raízes do 25 de Abril. Não posso deixar, não poderia deixar, a título pessoal, de votar a favor, e aqui, infelizmente, como eu digo, foi uma das razões do 25 de Abril que todos nós celebrámos ainda agora no passado sábado.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda proferida pelo Deputado António Chora

“Eu quero dizer que votei contra esta moção porque recordei-me quando o meu avô me dizia que não ia aos bailes porque o governo, os governos da altura, os apanhavam no baile para os mandar para a Primeira Guerra Mundial, portanto, aqui está a heroicidade que nos falam nesta moção.

Dos milhares, das centenas de milhares de jovens que fugiram deste país, não posso de maneira nenhuma concordar com “colocaram o dever”. O dever, ninguém colocou o dever, foram todos obrigados a ir para lá, e aqueles que não iam para lá iam para a prisão. É bom que isto seja claro. Aqui não houve nenhum, ninguém quis cumprir o dever. Houve um, dois ou três, ou meia dúzia, se calhar, de voluntários que, não tendo emprego nem estudos, se ofereciam como voluntários para as Forças Armadas, mas a esmagadora maioria deles foram obrigados a ir ou presos. Não havia uma segunda alternativa. Depois esta história aqui das “campanhas no Ultramar”, a gente não tinha campanhas no Ultramar, tinham campanhas nas colónias.

Depois, se querem homenagear os combatentes, eu estou de acordo, eu já apresentei aqui uma vez, já falei aqui uma vez, em sim senhor, homenagear todos os combatentes da Guerra Colonial. Todos. E foram muitos, os que defendiam a pátria deles e os que iam para lá defender uma pátria que não era deles., que éramos nós. Portanto, íamos defender as multinacionais que estavam lá a explorar o petróleo, os belgas que levavam os diamantes, como me contaram algumas histórias de alguns soldados que bebiam água suja porque não podiam abrir um poço sem estar a Diamang da Bélgica, porque podiam descobrir diamantes por ali, portanto, tinham que beber água suja.

Isto aqui, como já aqui foi dito, é uma mistela de situações que. Querem reconhecer todos os combatentes da Guerra Colonial, contem comigo. Querem fazer esta mistela de patriotismos e de nacionalismos chauvinistas, não contem comigo. Desculpem. Por isso votei contra.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Atas do XIV Mandato 2025-2029:

3.1.1 - Ata nº2.1/26 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de fevereiro – 1ª reunião – 27.02.2026

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Recordou que só quem participou na reunião em apreço pode votar e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e quatro votos a favor, sendo nove do PS, seis da CDU, sete do CH, um do PSD e um do BE.

3.1.2 - Ata nº2.2/26 – XIV Mandato – Sessão Ordinária de fevereiro – 2ª reunião – 07.03.2026

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Recordou que só quem participou na reunião em apreço pode votar e submeteu a ata a votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e cinco votos a favor, sendo nove do PS, sete da CDU, sete do CH, um do PSD e um do BE.

3.2 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao Exercício de 2025

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, três votos contra do CH; duas abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 20/04/2026:

“Considerando que

- A.** De acordo com o disposto no artigo 27.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais e no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a segunda sessão ordinária do órgão deliberativo do município, a realizar-se durante o mês de abril, destina-se à apreciação dos documentos de prestação de contas individuais.
- B.** Compete à assembleia municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- C.** Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal.
- D.** Atendendo ao disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao presidente da câmara submeter os documentos referidos nas alíneas precedentes à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal.
- E.** Face ao estipulado no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, fazem parte dos documentos de prestação de contas: o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental da receita e da despesa, a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e respetivos anexos às demonstrações financeiras e orçamentais.
- F.** Os documentos de prestação de contas das entidades que sejam obrigadas à adoção da contabilidade patrimonial devem ser remetidos, ao órgão para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas emitidos pelo auditor externo, conforme estipulado no n.º 3 do artigo 76.º e na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
- G.** As regras da prestação de contas relativas ao ano de 2025 encontram-se plasmadas na Resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2023, publicada na 2.ª série do Diário da República de 12 de janeiro de 2025, e na Instrução daquele mesmo Tribunal n.º 1/2019, de 6 de março, que define, entre outros, a organização e a documentação a que as contas individuais devem obedecer.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal da Moita delibere, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e votação, sobre os documentos de Prestação de Contas referentes ano económico de 2025 onde se inclui o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“O relatório de gestão referente ao ano 2025 representa um ano de muito trabalho, é isso que vocês podem ver e avaliar e verificar nesse mesmo relatório. Um relatório que identifica que a Câmara Municipal teve zero pagamentos em atraso, ou seja, continuamos a pagar e a não ter dívidas relativamente a ninguém, o que é muito positivo, com uma receita cobrada de mais 8%, quase 9%, face a 2024, despesa realizada mais 6% relativamente a 2024, e uma taxa de execução da receita de 97%.

Dizer que temos, atualmente, uma boa margem de endividamento, ou seja, temos capacidade de contrair dívida, embora tentemos sempre não utilizar essa opção, sempre que possível vamos com capitais próprios, com dinheiro próprio do município, porque achamos que essa é a melhor prática de gestão, a não ser que seja para fazer obras, neste caso, de equipamentos que fiquem para o futuro.

Dizer que temos aqui coisas que gostaria de salientar relativamente a este relatório. Fizemos quase 8,5 milhões de investimento, o que é significativo, no ano passado, e que, neste caso, aqui mais à frente, se me permitirem, o que eu gostava mesmo aqui destacar é que nesse orçamento, se pudermos falar assim, no top de projetos de investimentos, eu gostava de salientar que investimos mais de 1 milhão de euros em saneamento, investimos mais de 1 milhão e 200 mil euros na requalificação da frente ribeirinha, investimos mais de 1,06 milhões em projetos relacionados com o desporto.

Também aqui na habitação, e isto permitem-me que vos diga, investimos mais de 391 mil euros na reabilitação de fogos de habitação social, e só não somos mais rápidos, ou não somos mais lestos, porque, por exemplo, para candidatar a esses investimentos que, às vezes, se fala, ainda temos as 42 habitações do PER, neste caso, registar em nome da Câmara, para ficarem em nome da Câmara Municipal. Queremos agora requalificar mais duas habitações que estão nessas do PER e tivemos que ir rapidamente fazer a escritura das mesmas. Vamos gastar aproximadamente 12 mil euros para fazer o registro de todas essas frações habitacionais, de todas essas habitações, e posso-vos dizer, desde já, que apesar deste custo ser diminuto para estas 42, muito mais há e sempre que vamos avançar e queremos avançar com o processo, vamo-nos deparando com este tipo de situações que não nos permitem avançar tão rápido quanto gostaríamos. Isto era o que eu gostava aqui de destacar.

Depois, temos investido, as nossas grandes faturas, como calculam, vão para, neste caso, o saneamento, no que diz respeito a pagamento de prestação de serviços na casa dos 3,24 milhões de euros, no que diz respeito ao tratamento de resíduos, ou seja, entendemos desta forma, saneamento Simarsul e resíduos a Amarsul, na Amarsul foram 3,62 milhões de euros que nós, neste caso, gastámos, são duas faturas muito altas que temos aqui.

Depois, aqui na transferência para o Fundo Metropolitano de Transportes, que é aqui aquilo que a Câmara Municipal investe e continua a investir na mobilidade para os seus cidadãos, e nos períodos de reforço da 4701 e outras carreiras, a Câmara Municipal investiu, o ano passado, 939 mil euros. Era aquilo que eu gostaria de vos dar nota.

Já no que diz respeito à educação, nos contratos de delegação de competências que temos com as autarquias locais, a Câmara Municipal também aí investiu 739 mil euros para reabilitar as nossas escolas, para resolver e manter as nossas escolas.

Na ação social, neste caso, investimos também, porque estamos a investir nas pessoas, 751 mil euros. Para terem ideia dos valores aqui em causa, era isto que eu queria dizer. Depois deixo para algumas questões que depois os senhores deputados, certamente, terão relativamente a estas contas. Estarei disponível para as responder.”

1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Neto (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal, António Duro)

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputada Susana Vasques do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Considerações sobre o relatório de gestão e prestação de contas 2025

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados Municipais

O relatório de gestão deve ser, antes de mais, um instrumento claro de prestação de contas à Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da Câmara Municipal. Ora, o documento que hoje analisamos falha nesse objetivo.

Não estamos perante um relatório de avaliação interna dos serviços, nem de propaganda institucional, no entanto, somos confrontados com centenas de páginas de informação irrelevante para a fiscalização política, como indicadores de likes nas redes sociais, listagens de vídeos, números de impressões de fotocopiadoras, e-mails trocados ou descrições pontuais de faturas. Essa opção não acrescenta transparência, antes pelo contrário, retira clareza e qualidade no documento.

No plano da execução prática, alguns dados são particularmente preocupantes. A diminuição de recolha de REES é apresentada como um problema, quando resulta claramente de um modelo de ecocentro móvel inadequado, sobretudo para pequenos eletrodomésticos.

Ainda mais grave é a queda abrupta na substituição de condutas de água. Em 2025 foram realizadas apenas 410 intervenções, quando em anos anteriores se registavam valores entre 1.800 e mais de 2.500. Mesmo em 2020, ano de pandemia, foram efetuadas cerca de 2.000 intervenções. É legítimo afirmar que no passado, com muito menos orçamento, se fazia incomparavelmente mais.

Apesar da extensa descrição da lavagem de contentores, limpezas e cortes de ervas, a perceção generalizada da população é clara. Os serviços municipais nunca funcionaram tão mal como atualmente e nunca se pagou tanto por eles. Por cada buraco que dizem ter tapado, existem outros 20 há meses por arranjar.

Paralelamente, necessidades fundamentais do concelho surgem desvalorizadas ou praticamente ausentes do relatório, como a melhoria das escolas, com destaque para a Escola Secundária da Moita, ou problemas estruturais, como os elevadores da Estação da Baixa da Banheira.

Passando à análise económica e financeira, constatamos uma discrepância profunda entre as Grandes Opções do Plano para 2025, e anteriores, e a sua execução efetiva. Ficaram por realizar obras estruturantes anunciadas pelo Executivo, como a rotunda da Estrada Nacional 11 em Alhos Vedros, o pavilhão da Escola da Baixa da Banheira, o pavilhão da Escola D. Pedro, ou o início das obras na rede de saneamento no bairro 1º de Maio, no Penteado, adiada por erros de projeto.

Mesmo nas obras concluídas surgem problemas sérios. A expansão da Ponte do Matão é indevidamente apresentada como obra municipal, quando foi financiada por privados, o eixo do Largo da Misericórdia exigiu novos concursos após inauguração, e o skatepark da Baixa da Banheira, projeto da CDU, voltou a necessitar de intervenções, revelando um fracasso na sua execução.

Os números confirmam estas fragilidades. A taxa de execução do investimento ficou nos 57,7%, a dívida total aumentou em cerca de 1 milhão de euros, não é zero. E apesar do significativo aumento da receita fiscal, ficou com mais de 5 milhões de euros desde 2021, o exercício termina com um resultado líquido negativo superior a 2 milhões de euros.

Acrescem ainda dados preocupantes. Baixa execução de receitas de capital, apenas 21% de execução em áreas essenciais de investimento territorial, aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores, milhares de horas extraordinárias por falta de contratação e um crescimento da dívida por cobrar no abastecimento de água.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados.

Este relatório não traduz uma gestão rigorosa nem uma resposta eficaz às necessidades da população. Revela um Executivo que arrecada mais receita, executa menos e presta piores serviços públicos. É esta a realidade que importa registar nesta Assembleia.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Só uma breve nota sobre este documento que nos foi distribuído. O documento, como já foi referido, é um documento muito grande, muito denso, tem 1.300 páginas e tem um tamanho digital de 209 megas. É demasiado pesado e os próprios serviços de apoio tiveram que dividir este documento em quatro ou cinco partes para colocar no site da Assembleia. Este documento não está bem construído. É o que é. Devia ser um documento trabalhado em word e o que se verifica é que ele é construído, predominantemente, com colocações de digitalizações, ou seja, digitalizações coladas ao documento, que são imagens e é por isso que ele fica tão pesado. É uma nota só sobre o documento em si. Espero que no próximo consigam melhorar.

E antes de falar das reservas do ROC, vamos ao básico, que já foi aqui falado também.

Resultado líquido, e de facto temos uma melhoria de 7,2 milhões em relação a 2024, passou-se de menos 9,3 milhões negativos para menos 2,1 milhões, mas também importa dizer a que se deveu essa melhoria. Ela deve-se ao facto de que foram cobrados mais de 3,9 milhões em impostos aos municípios da Moita e o município recebeu mais 1,8 milhões em transferências do Estado. Só aqui estão 5,7 milhões extra que não resultam de melhor gestão, resultam de mais carga fiscal e mais dinheiro vindo de Lisboa. E mesmo assim o município continuou com um prejuízo de 2,1 milhões, e com gastos de

peçoal a subirem 1,2 milhões no último exercício. Pergunto, isto é gestão ou é viver à custa do aumento de impostos e de transferências? Se para o ano o Governo der menos 2, 3, 10 milhões, voltamos ao buraco de 2024 ou maior? Fica a questão.

Falemos agora das reservas do ROC. O Revisor deu dois pareceres com reservas e um ênfase. Traduzindo, cerca de 192 milhões não têm garantia do auditor. Esta é a tradução.

Reserva nº 1 - 174 milhões estão por inventariar - artigo 4º do SNC-AP. O ROC diz que o processo de inventariação SNC-AP não está concluído, faltam inventariar estradas, redes, etc. Ou seja, gerem 174 milhões às escuras.

Reserva nº 2 - isto diz o ROC - 17,5 milhões de subsídios sem evidência, ou seja, 8,8% do balanço sem evidência. Aprovam contas com 17,5 milhões sem documentos? Fica a pergunta. Com estas reservas, nós não podemos aprovar, obviamente, o que o ROC não valida.

Sobre a dívida, a dívida bancária subiu perto de 843 mil euros. Parte desse crédito, 813 mil euros, foi usado, parece-nos, de forma irregular, em despesa corrente, violando o artigo 40º, nº 1 da Lei nº73/2013 - RAFLEI. Pergunta, tinham 8 milhões em caixa, porque usaram crédito para pagar salários e serviços? Está na documentação.

A demonstração de fluxo de caixa confirma esta irregularidade. Os fluxos operacionais são negativos em 4,5 milhões de euros, ou seja, a Câmara não gere a caixa para pagar salários, e por isso pediram 1,4 milhões de novos empréstimos, tendo terminado o ano 2025 com 8 milhões em caixa, sendo destes 8 milhões, 6,1 milhões de inserção orçamental. Questão, com 6,1 milhões vossos em caixa, qual era a necessidade, e esta é a pergunta também, qual era a necessidade urgente de tesouraria para justificar os 813 mil euros que estão registados em crédito para despesa corrente? Esta prática de pedir empréstimo de curto prazo para pagar a despesa corrente sugere uma clara irregularidade, como antes referi face ao artigo 40º do RAFLEI.

Continuando, o ROC avisa, fenómenos meteorológicos extremos e contexto político, incerteza quanto ao impacto futuro, mas a Câmara afirma, ao longo do documento, que a continuidade está garantida. Pergunto, como garantem a continuidade com 174 milhões de ativos por inventariar, primeira reserva do ROC, 17,5 milhões de subsídios sem suporte documental, reserva número 2 do ROC, 813 mil euros de dívida para corrente, potencialmente, ou não, irregular? Não constituíram previsões para estes riscos, ou seja, aprovar estas contas é dar um cheque em branco para 2026.

Senhores Deputados, isto não é a opinião da oposição, não é só a opinião do CHEGA, é a certificação legal das contas. O revisor oficial diz que não tem prova sobre 17,5 milhões de subsídios e que a Câmara não sabe o património que tem. Com 6,17 milhões em caixa, pedem mais de um milhão emprestados. Dizem que há incerteza sobre o futuro, por causa de cheias, guerra, e não foram feitas previsões nesse sentido, e mesmo assim querem aprovar estas contas.

Os comentários oficiais dizem tudo. Cobraram mais de 2,97 milhões aos municípios, receberam mais de 1,8 milhões do Estado, têm 6,1 milhões parados em caixa e, mesmo assim, pediram um milhão em novos empréstimos. Aumentaram a dívida em 807 mil euros. Cortaram no investimento e apresentaram prejuízos de menos 2,17 milhões. Expliquem aos municípios porque pagam mais impostos para terem menos obra e mais dívida.

E agora, temos um chumbo do ROC porque, de facto, é um chumbo disfarçado. Este parecer é um chumbo disfarçado. Com este parecer só podemos apelar ao chumbo destas contas e que se faça uma gestão séria.

Senhores Deputados, não é política, é matemática. Os dados estão disponíveis e os números estão disponíveis. O ROC chumba, a Câmara enrola e é hora de os municípios saberem a verdade.”

Deputado Diogo Louro do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

“Foi aqui mencionado o valor de 739 mil euros para investimento nas escolas e nós temos aqui algumas questões que se praticam no sentido das candidaturas para a reabilitação das escolas.

Qual é o ponto de situação, se houve ou não houve candidaturas através do PRR, e também, dado que em junho irão terminar os prazos, em que ponto é que está, porque segundo a informação que nós temos do Secretário de Estado é que não há grande informação.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não há, para já, mais inscrições. Vou dar a palavra à Câmara para responder às questões que foram colocadas.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Eu peço imensa desculpa pelo que eu vou dizer a seguir, vou ter de ser rápido e sucinto. É o seguinte, perdoem-me a minha boa disposição, eu já tinha percebido que os deputados ou os eleitos do CHEGA tinham dificuldades com geografia, com as questões da Península. Agora também, e já não era novo, mas verifica-se, não é só na vereação, mas também na Assembleia que também não percebem nada de contas. Por isso, isto assim fica um bocadinho complicado de debater. O que eu aconselho é que procure alguém que ajude a analisar o documento que o ROC enviou. Depois, e sim, são assinaladas duas questões, mas vou-lhe só deixar aqui uma questão simples, se o ROC diz que estão edifícios, que estão espaços, coisas por registrar, se ele não sabe quais é que são, mas diz quais é que são, como é que lhes pode atribuir valor? Depois, 174 milhões, sim, seria um bom número.

Sim, Sr. Deputado, existem coisas por registrar, ou seja, a Câmara fez, e entre aquilo que está a registrar de trás e aquilo que está a fazer, o trabalho presente, há muitas coisas que são necessárias registrar. Esse trabalho, posso lhe dizer, relativamente a esses registos, ao dia de hoje, já estão feitos, mas agradecer esse reparo do registo, da conciliação, dos investimentos que nós fizemos, de pormos lá a rubrica no software, no sítio correto, para que não hajam dúvidas que os milhões que entraram daqui, do financiamento do Estado, foi para fazer a pista de atletismo e fazer essa conciliação do dinheiro que entra com o bem. Esses já está tudo feito. Agora, o registo que há para trás e ficou por fazer, nomeadamente aqueles que eu me referi, das habitações, isso ainda irá demorar mais um pouco.

Depois, vejo aqui uma interpelação interessante. Os dinheiros que vêm de Lisboa, meus senhores, não são os dinheiros que vêm de Lisboa, e está especificado na lei, o dinheiro não é de Lisboa, o dinheiro é dos municípios, é a lei de financiamento das autarquias locais, a menos que os senhores, neste caso, do seu partido na Assembleia da República, coligados com o PSD, que agora já nada me espanta, queiram acabar com o financiamento das autarquias locais. Se esse for o objetivo, eu se calhar fico preocupado e se calhar está-me a dar um sinal de aviso que deveríamos ter aqui todos em conta.

Relativamente a encargos com o pessoal, é o seguinte, a Câmara Municipal não tem vindo a crescer o seu número de pessoas, temos tido até uma gestão muito parcimoniosa, cuidadosa. O Sr. Deputado deu-se conta que houve aumentos salariais e também de subsídio de alimentação, se calhar, é por isso que se deve os aumentos com o pessoal. Antes de dizer o que acabou de dizer, se calhar importaria fazer esse tipo de análise, ter esse tipo de cuidado. E não me vou alongar mais, quero só dizer que acertou ao lado.

Relativamente ao Sr. Deputado Municipal do PSD, que está tão preocupado com o financiamento e com as candidaturas das escolas, coisas que ainda estarão por vir e que nós estamos a tratar, e já que fala e falou do Secretário de Estado ou do Ministério, que tal meter uma cunhazinha para nós recebermos o dinheiro que precisamos para requalificar a Escola Secundária da Moita e a Fragata do Tejo, do telhado, que nós fomos reunir ao Ministério, tentámos reunir cinco vezes com o Ministro da Educação, ele nunca nos recebeu, no último dia passou das nove para o meio-dia, ficámos a aguardar, fomos recebidos pelo Sr. Secretário de Estado, que nos recebeu muito bem, disse para começarmos a reunião que o Ministro decidiria juntar a nós. O que é certo é que a reunião acabou e ele não se juntou a nós. Mas pronto, fica à deixa, fica o repto. Só precisamos disso. A Câmara Municipal tem liquidez, pode começar a obra, só precisamos da autorização, porque depois não queremos aqui nenhuma inspeção da IGF que venha pedir ao Presidente da Câmara o dinheiro que assinou para fazer a obra. É que à primeira cai em todos, à segunda só cai quem quer.

Depois, relativamente aqui às questões colocadas pela CDU. Meus senhores, que fique claro, é claro que diminuámos as intervenções nas condutas. Então vejam. Fizemos a adutora para Sarilhos, substituímos integralmente a rede de abastecimento da Fonte da Prata, fizemos a Vinha das Pedras, fizemos o Penteado e temos vindo a continuar a investir na rede de esgotos.

Vereador da Câmara Municipal, João Figueiredo (sem microfone)

“Fizeram o Penteado?”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Não, não. Parte. O bairro de 1º de Maio. Mas é assim, Sr. Vereador, aqui ainda sou eu que falo, não lhe passei a palavra, agradeço que não me interrompa.

Eu agradecia que parassem o tempo, se continuar a ser interrompido. Posso continuar? Obrigado.

Dito isto, é normal que o número de intervenções tenha diminuído, então já fizemos trabalho de manutenção preditiva, fizemos manutenção, antigamente era navegar à vista.

Agora, relativamente aos buracos por tapar, eu sempre aqui disse quando estava na oposição que a rede de abastecimento estava velha, precisava ser trocada, que as estradas tinham mais de 20 anos

e precisavam, com fresagem, não era como os senhores fizeram no Vale da Amoreira, que meteram uma camada por cima, que a cota da estrada já está acima da cota do passeio, e convido-o a ir visitar a Avenida José Almada Negreiros, que agora a drenagem das pluviais vai para cima dos passeios. Mas isso era o trabalho bem feito que os senhores nos habituavam, nós agora preferimos fazer sempre, e fazemos, como mandam as boas práticas de execução, neste caso de engenharia civil, fazer primeiro a fresagem e depois fazer a pavimentação. E é esse concurso que lançámos, 800 mil euros em maio, mas isto estamos a falar para a frente, não estamos a falar para trás, e para trás também fizemos muita pavimentação, como se verifica e é do conhecimento geral.

Agora, é o seguinte, não conseguimos, e com toda a humildade, admitir aqui perante vós, eu sei que as expectativas que depositam em mim são grandes, mas eu não consigo resolver os problemas que vocês deixaram ao longo de mais de 46 anos. Sim, é certo que fizeram muitas estradas, mas também é certo que depois não as mantiveram, por isso é muito giro fazer estradas, mas depois que não as mantiverem, e sim, os senhores pediram empréstimos para fazer a manutenção de estradas. Nós, na nossa forma de conduzir o trabalho, não fazemos recurso a empréstimos, fazemos com recursos próprios, que é isso que é uma boa prática.

Depois, relativamente às obras que não avançaram, sim, não avançaram, porque não tivemos os projetos atempadamente elaborados, porque um ficou deserto, o da rotunda ficou deserto e não dava para concluir a tempo do PRR, vai avançar agora, aquela que refere, o do pavilhão, como eu aqui disse com toda a transparência, o projeto não veio com qualidade e tivemos que dar andamento a outras coisas que faziam falta para cumprir os prazos do PRR, porque ao contrário dos outros municípios, as nossas obras estão a terminar, estamos a cumprir os prazos, estamos a ficar satisfeitos com as metas que estamos a atingir e estamos a executar toda a verba, e até nos perguntam, às vezes, se temos mais verba para executar, mais obras para verba para executar, por isso já não podemos executar mais verba, infelizmente, porque se mais houvesse, mais faríamos.

Depois, é engraçado ouvir aqui uma contradição. Por um lado, dizem o seguinte, “estão a executar o projeto do skateparque da CDU”. Olhe, eu quando cheguei cá não encontrei nenhum projeto de skateparque, mas isso também deve ser similar àquele projeto que havia para o passadiço, que havia para o Gaio, que também não havia projeto nenhum. Mas senhores, eu já os convidei para me indicarem quais é que eram as gavetas em que estavam os projetos, porque nós aqui ainda não os encontramos. Se calhar, quando tivessem feito a transferência da pasta tivessem dito em que gavetas é que estavam, é que até ao dia de hoje eu não os encontrei. Nem os encontrei, nem os colaboradores que cá estavam me souberam indicar onde é que eles estavam.

Dito isto, dar nota do seguinte, se o projeto era vosso e nós executávamos o projeto que estava, então o projeto estava mal executado, segundo as vossas palavras. Não. O que nós fizemos foi, definimos um talude, verificámos que pelo excesso de chuva havia escorrência, o talude não estava a aguentar, e decidimos por outra solução de engenharia. Não há qualquer questão. Não há qualquer questão. Nós fazemos trabalhos de melhoramento constantes nas mais diversas áreas, por isso não sei porquê o espanto. E dito, tenho dito.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se mais algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada novamente a proposta à discussão intervieram:

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sr. Presidente, não foi um tiro ao lado, bem pelo contrário. Foi um tiro bem certo. Sabe porquê? Porque eu tenho números, eu sei onde estão os números, posso lhe dizer a página, posso-lhe dizer a rubrica e fazemos as contas. Eu fiz as contas, nós fizemos as contas. Não diga que estamos mal informados, porque até temos alguma informação. A evidência é esta. A outra evidência é do ROC. Está lá, ele escreveu, não há volta a dar. Ele escreveu, infelizmente, escreveu e temos que utilizar isso como é.

Não falou aqui da orçamentação, mas eu vou falar, das atualizações salariais. Mas os senhores, nas orçamentações que fazem, o que fazem é fazer copy paste de uns anos para os outros, não incluem atualizações salariais, nem incluem inflação, por exemplo, que é uma prática que o Tribunal de Contas diz que não está bem. E depois, o que fazem é corrigir com revisões orçamentais. Isto é a prática que a Câmara tem. E tem que ser dito. Disse.”

Deputada Eli Rodrigues do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Sr. Presidente, quando afirma, logo em primeiro lugar, que a Câmara não tem dívidas, não é isso que a gente lê no relatório. Eu leio lá 16 milhões e meio de dívida, aumentou com quase um milhão e meio. Dívida total. Dívida total, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, os orçamentos da CDU, que eu me lembre, eram de 30 milhões, o Sr. Presidente tem orçamentos de 70 milhões, aumentou a dívida e obras grandes, zero. Alcatroou, como eu já referi na Assembleia anterior, uma estrada em Alhos Vedros, que não fez condutas de água, está toda cheia de remendos. Uma estrada nova está toda cheia de remendos nas Arroteia, a rua Padre António Vieira.

A Estrada Nacional 11, em frente aos Correios de Alhos Vedros, feita à pressa uma semana antes das eleições, uma vergonha. Meia estrada. Uma vergonha. Penteado? Esgotos? Uma estrada. Uma estrada. Não diga que fez... uma estrada. Falta adquirir tanta coisa. Falta substituir rede de água, falta adquirir e construir habitação. Sim, falta. Falta fazer. Falta. Prometeram? Falta fazer. Se fazia melhor, tem 70 milhões, nós tínhamos 30 milhões, mas nós não tínhamos 16,5 milhões de dívida.

Sr. Presidente, não, não tínhamos. Deixámos dinheiro em caixa e vocês gastaram-no. Gastaram-no e não fizeram obra. Onde é que está a obra grande? É aquela obra que fizeram no Largo da Misericórdia em Alhos Vedros? Aquela vergonha de obra? Que a seguir fizeram novo concurso para fazer nova obra? É essa? É? Não, desculpe. É aquela obra que ficou bonita? É aldrabice? Então comprove para ver. Vamos ver, daqui a algum tempo, se é aldrabice, porque um autocarro custa lá a passar. Se calhar não passou de autocarro, mas eu já passei. Tenho dito.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Só dar aqui uma última achega. Uma pergunta que fiz e que não teve resposta.

Com 6,1 milhões em caixa, qual era a necessidade urgente de tesouraria para justificar 813 mil euros registados em crédito de despesa corrente? Balanço. Empréstimos. Não pode.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Câmara Municipal, faz favor, para responder às questões. Sr. Presidente, faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Peço imensa desculpa, estive aqui a conferenciar para depois não dizer coisas como aquelas que aqui ouvimos.

Muito rapidamente, e pedindo aqui desculpa pelo que eu vou aqui fazer, desde já. É assim, os senhores são tão bons a fazer contas que já se viu na Assembleia Municipal, quando foi para falar no apoio ao movimento associativo acrescentaram-lhe mais de 20 mil euros que não existiam, que não estavam lá, que já lá estava escrito que já tinham sido dados às associações. Aqui não sei que raio de contas é que vocês estão aqui a fazer, mas só se estiverem a falar das alocações financeiras, que é a única coisa, mas nem se percebe.

É o seguinte, se tiverem dúvidas perguntem e nós esclarecemos, agora virem para aqui e falarem de coisas que não são verdade é, no mínimo, constrangedor.

Depois, dizer aqui uma resposta muito rápida à CDU, porque acrescentou muito pouco. Se calhar, a lista de estradas que nós pavimentámos, realmente, face às necessidades, teriam de ser muito mais, mas a senhora Eli, que por acaso até é de Alhos Vedros, aquela estrada em frente aos CTT não estava só a carecer de ser repavimentada desde que o PS assumiu a Câmara Municipal, já estava há muito tempo, e repavimentámos muitas e muitas estradas. Agora, o que nós não fazemos, nem nunca fizemos, foi vir aqui e dizer, como uma deputada da sua bancada num mandato anterior, que o problema das estradas no concelho não eram os buracos, eram as pessoas que tiravam fotografias aos buracos.

Não, nós reconhecemos, assinalámos, e sabemos que faz falta investimento, por isso é que, neste exercício, já metemos lá 800 mil euros para repavimentar, e vamos pôr mais 800 mil euros para repavimentar e fazer a rede de abastecimento.

Sim, senhora deputada, aqui, no passado, diziam que as redes estavam todas boas, que não havia problema, que era uma coisa do PS. Podem ver isso nas sessões da Assembleia Municipal, estão todas gravadas em vídeo, que estava tudo bem, mas as redes eram velhas. O PS tinha razão, e agora faz falta substituir e é o que nós estamos a fazer. Eu sei que agora querem tudo num estalar de dedos, mas não pode ser.

Só uma última tónica, porque está-lhe a passar ao lado e está-se a esquecer. O nosso orçamento cresceu, muito porque também aumentou em muito as nossas responsabilidades. É que os senhores

não queriam, nem faziam por querer, a descentralização de competências. Agora temos descentralização de competências na área da saúde, na área da educação, na área da ação social, e foi por isso que o nosso orçamento cresceu muito, fruto dessas dotações orçamentais. Por isso, a senhora Deputada Eli Rodrigues ignorar isto é mesmo não saber o que é que está aqui a fazer.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

«Sr. Presidente, por ser indelicado isso não lhe dá mais razão. E chamar nomes às pessoas também não lhe fica bem. Isso só demonstra o seu nervosismo com as questões que lhe estão ser... Sim, chamou-nos “burro”. Não sei se lembra. Chamou-nos “burro”. Às pessoas do CHEGA. Nas contas que fez? Então fui eu que percebi mal. Peço desculpa.

O ponto é precisamente este. Não precisa de ter as contas na ponta da língua, nem precisa, eventualmente, de justificar cada um destes pontos, há de ter alguém que justifique por si, mas, nesta Assembleia, o que estamos a discutir é o relatório e contas e é aquilo que o ROC disse sobre este relatório de contas. E foi estes pontos e são estes pontos que nós trazemos para a mesa porque somos a entidade que fiscaliza, neste caso em apreço, o relatório e contas, e é disso que estamos a falar.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

«Queria só fazer aqui um resumo daquilo que é este relatório também e contrapor, como é óbvio, algumas apreciações que têm sido feitas aqui, porque é como se costuma dizer, nós, quando desconhecemos, temos que, claramente, tentar perceber para fazer este tipo de intervenções.

Falámos aqui sobre a questão da transferência do Estado para o município e sobre aquilo que tem sido o crescimento nos impostos. Bem, a transferência do Estado para o município tem a ver com aquilo que é o financiamento que os municípios têm que ter, e ele cresceu muito significativamente derivado à questão da descentralização de competências. Por isso não vejo, claramente, qual é que é o problema de existir esse crescimento. Depois, e aí também respondendo à questão dos tais 70 milhões de orçamento face aos 30 milhões, pois, a responsabilidade é maior, as competências que foram assumidas também são maiores, e por isso é óbvio que a receita tem que ser também transferida. E mais que viesse, porque faz falta para as competências que o município assumiu e queremos fazer face a elas.

Depois, crescimento de impostos. Bem, o crescimento de impostos, não houve aqui crescimento de nenhuma taxa de imposto, que eu tenho a conhecimento no ano transato, houve, foi claramente, ações que levaram que esse imposto tivesse crescido. Houve mais transmissões de imobiliário, pois é óbvio, há mais receita de IMT. Há mais pessoas a viver na moita, pois se calhar há, há mais IMT, há reavaliações daquilo que é o património, se calhar há, e há também mais receita de IMT. Que eu me lembro, no mandato anterior, nós não aumentámos um único imposto e taxas neste ano anterior, por isso aquilo que está aqui tem a ver com aquilo que é o normal, que é a transmissão de imóveis e aquilo que são os impostos que estão definidos.

Depois, sobre a questão do ROC. Bem, dizer que há um chumbo do relatório encapuçado, isto é de uma gravidade brutal. Quer dizer, eu tenho muita simpatia pelo Sr. Deputado Vítor Cardoso, mas espera aí, tudo tem limites. E eu vou só ler isto. “Com suporte na secção bases para opinião com reservas da certificação legal das contas, somos de parecer que aprovem os documentos de prestação de contas a 31 de dezembro de 2025”. Está aqui o parecer do Revisor de Contas, para não haver dúvidas, para quem está aqui a assistir e para quem assiste pelos meios digitais.

O que o Revisor Oficial de Contas disse foi “com suporte na secção das bases de opinião com reservas”, e reservas é normal, o Revisor Oficial de Contas analisa a prestação de contas e se verifica que existe determinadas situações que deveriam ter sido incluídas, registadas de outra forma, deve fazer reservas sobre elas, compete-lhe a ele fazer isso. Agora dizer que um Revisor Oficial de Contas mete o seu certificado de profissão, a sua competência profissional em causa, para estar a certificar umas contas de uma forma encapuçada, quer dizer, isto é de uma gravidade brutal. Agora sim, o Revisor analisa o relatório de contas, verifica que existem situações que deviam estar descritas de outra forma, ao abrigo daquilo que é a lei da contabilidade aplicável à realização deste tipo de relatórios, e emite, como é óbvio, reservas em determinadas situações, mas nunca em momento nenhum, e aliás está escrito no parecer do Revisor Oficial de Contas, que diz “somos de parecer que aprovem o documento de prestação de contas 31 de dezembro de 2025.”

Só para deixar claro este tema também, que é para não ficar na dúvida, que há aqui alguma cabala, que eu acho que isto agora também já é uma expressão muito utilizada, toda a gente tem cabalas contra uns e contra outros.

Depois queria só deixar aqui um resumo também, que é para não haver dúvidas sobre este relatório.

No relatório de 2025 indica que existiu um crescimento de receita, existe um cumprimento legal total daquilo que foi feito e que está registado no relatório, existe solidez financeira, existiu melhoria nos resultados, e existiu, como é óbvio, um impacto pela descentralização das competências, e estamos com uma margem de 20 milhões de endividamento disponível para o município. E isto é importante que se diga, porque isto é a capacidade que o município tem de fazer obra, de fazer aquilo que é as políticas que quer implementar no município. E por isso, estarmos aqui a falar, como eu aqui ouvi dizer, que fizemos menos reparações de conduta, quando isso é uma ação reativa e não proativa, e que isso é um problema, quer dizer, isto é de facto estarmos aqui um bocadinho a desconhecer aquilo que é feito.

E depois, também dizer que não houve grandes obras. Pois. Sim, nós não somos como a CDU, nós não fazemos as grandes obras à superfície para ficar bonito. Se calhar, as obras que foram feitas estão enterradas debaixo dos passeios, estão enterradas debaixo dos betuminosos, e por isso não, se calhar, olhe, as nossas grandes obras estão a responder àquilo que eram as necessidades dos nossos munícipes, que tinham roturas consecutivas em várias zonas, dia sim, dia sim, e que hoje, felizmente, já não as têm.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“O Sr. Nuno Cavaco quer falar é?”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Por acaso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Por acaso ainda tem 3 minutos e 38.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Mas eu dispenso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Dispensa? Ok. Então, Sr. Vítor Cardoso da bancada do CHEGA.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Muito rapidamente e de forma telegráfica.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Já não tem tempo, peço desculpa. Normalmente, dou sempre um bocadinho mais quando as pessoas já estão no uso da palavra, agora, já tendo o tempo esgotado, peço imensa desculpa, mas temos que ser rigorosos a isso, isto tem que ter um fim. Sr. Nuno Cavaco, faz favor.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Vou dar um minuto ao CHEGA.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não, não pode dar. Eu acredito que o senhor goste muito do CHEGA, mas não pode. Não pode. Não pode.

Por acaso, agora aparte, falamos nisso na altura nas reuniões de líderes, quisemos propor isso, de poderem ceder tempos de partidos a outros partidos, mas foi a decisão dos líderes, por unanimidade, no mandato anterior, que não queriam isso, e até à Câmara Municipal. Isso foi proposto, e há municípios onde isso acontece, aqui as pessoas não quiseram. Então é agora que vai? Então vamos lá.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Estava a querer dar tempo a quem precisava, mas não deixam, tudo bem.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Você está um mãos largas hoje.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

«Só em jeito de brincadeira, e vou brincar, não é para levar muito a sério, só na parte final é que devem levar a sério.

Do que estou aqui a ver, o CHEGA tem um relatório diferente do que o que eu li e o Sr. Presidente da Câmara governa um município diferente do meu. O relatório tem as contas, a gente não mete em causa as contas, o que dissemos é que está mal feito, porque está muito atabalhoado, agora há duas coisas que nós não podemos aceitar.

Não se pode dizer, de forma séria, que não se faz mais intervenção na rede de águas, por exemplo, ou na de esgotos, porque não há necessidades, quando há ruturas todos os dias. Aliás, há de certeza absoluta uma degradação da comunicação com os munícipes, porque a gente abre as redes sociais e ouve as pessoas, “ninguém avisou”, “ninguém avisou”, “há seis horas que não tenho água”, “o restaurante fechou”, e isto acontece.

Aliás, eu também queria valorizar aqui, o Sr. Presidente diz que tem muita calma a fazer as coisas, é verdade, e eu queria valorizar aqui porque ele já anunciou obras em 2022 que não estão feitas, e depois torna a anunciar outra vez, e hoje até assumiu que não as fez porque houve incompetência da parte do Executivo que não conseguiu fazer um projeto. É preciso dizer isto.

Eu recordo aqui uma que nos diz muito, o Sr. Presidente diz, e está nos jornais, que os alunos do Vale da Amoreira podiam utilizar o pavilhão em 2024. Ninguém o obrigou a dizer isto, em 2024. Estava um “catrapázio”, “catrapázio”. O pavilhão não está feito, devia-se ter justificado à população, não é agora... e a falha é da Câmara, não se pode desculpar com mais ninguém. Não se pode desculpar com mais ninguém.

E ao Sr. Daniel Serpa também queria dizer qualquer coisa muito rápida. A Câmara tem mais competências, e ainda bem. Nós não podemos é ter um discurso a dizer que temos mais dinheiro, temos mais competências, e depois queixarmo-nos que não conseguimos fazer nada porque o Governo não ajuda. Portanto, temos que clarificar o que é que é do Governo e o que é que é da Câmara, e não podemos, para bater na CDU, dizer que temos mais competências, agora é que é, e depois, quando não conseguimos fazer ou, por exemplo, como está no relatório, que eu também li, que estão 6 mil euros de intervenção na Escola Secundária da Moita, dizer “não, o Governo é que não faz porque é mau” ok? Portanto, temos que ter aqui, falar verdade, com calma.

E por último, eu depois guardo para os atos da Câmara a questão da relação que eu pedi à Câmara, que não me deu, dos arrumamentos feitos num mandato e noutra mandato, e a comparação é muito má para o PS, como já sabiam, por isso é que não me responderam, mas pronto, mas é mesmo muito má. E qualquer pessoa que ande no concelho da Moita vê que é assim. Portanto, Sr. Presidente, queria lhe agradecer a paciência, peço desculpa por há bocado, mas há duas coisas só mesmo para finalizar.

A gente pode ter estas discussões de forma elevada para todos ganharmos. Ninguém está à espera que seja de outra forma, mas acho que devemos mesmo discutir as coisas a sério, não é dizer que se faz muita coisa e depois, quando a gente pergunta “mostrem lá o que é que fazem” e vocês não mostram. Não respondem às perguntas. Não respondem.»

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Querida só deixar aqui mais umas notas sobre as últimas intervenções. Nós temos claramente clarificado o que é que é da responsabilidade do município e o que é que é a responsabilidade do Governo no que respeita à descentralização das competências. Se os senhores não conhecem, leiam os protocolos e vejam. É simples. Porque nós sabemos muito bem o que é que é do Governo e o que é que é da responsabilidade do município, e por isso, quando é da responsabilidade do município, o município atua, quando é da responsabilidade do Governo, vai informar o Sr. Ministro, como já foi dito aqui pelo Sr. Presidente, do que é que nós precisamos para fazer a obra. Mais. Até fomos mais longe. Fomos dizer ao Sr. Ministro que, se quiser, nós começamos a obra porque temos tesouraria suficiente para começar a obra. Ele que nos autorize a fazer a obra.

E, por isso, não há aqui dúvidas nenhuma do que é que é a responsabilidade do município e o que é que é a responsabilidade do Governo. Se existe da vossa parte, bem, os senhores sempre foram contra a descentralização, se calhar não leram bem os protocolos de descentralização, mas pronto. Leiam, porque está lá claro o que é que é de um lado e o que é que é do outro. E mais, é bem claro o que é que é da responsabilidade do município e que está descentralizado nas juntas de freguesia. Também não há dúvidas nenhuma nisso. E sempre que as juntas de freguesia têm dúvidas sobre aquilo que é

os trabalhos que têm que fazer nas escolas, questionam o município e o município responde, se é da competência ou se não é da competência. Não há dúvidas nenhuma sobre isso. Pelo menos que eu tenha conhecimento não existe dúvidas disso nem nunca foi trazido aqui para a Assembleia Municipal questões sobre esse tema.

Depois, obras prometidas. Bem, obras prometidas da CDU a gente tinha uma enchente delas. Uma engraçada que eu gosto é a da Piscina da Moita. A da Piscina da Moita foi daquelas que foi anunciada para aí 20 anos seguidos. Durante 20 anos era sempre “a Piscina da Moita, a Piscina da Moita, a Piscina da Moita”. Até temos aí uns cartazes, umas fotografias lá colocadas no sítio da piscina para aí quase há 15 anos atrás, que era para ser feita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Então, Sr. Presidente da Câmara, faz favor. Vamos lá respeitar os outros, faz favor. Sr. Presidente da Câmara, faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“É assim, muito rápido e sucintamente. Relativamente ao projeto do pavilhão, dizer-vos algo que eu já disse isto numa reunião, lamento a falta de atenção. Realmente, se calhar, passa tanto tempo noutra município que já nem considera este o seu. Mas relativamente ao projeto do pavilhão...”

Vereador da Câmara Municipal, João Figueiredo (sem microfone)

“Sr. Presidente, isto não é falta de educação? Isto não é falta de educação? isto não é falta de educação? Isto é uma farsa. Mas está a brincar comigo ou quê?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos lá ver com...”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Não, não. É defesa da honra. É que +e mesmo defesa da honra.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Aqui não há honra, não, não...”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Há, há...”

Deputada Vivina Nunes do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“A gente está a ouvir as vossas conversas também...”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Mas eu passo o tempo noutra concelho para quê? É para trabalhar.”

Deputada Vivina Nunes do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“O Sr. Presidente a dar-lhe recadinhos para dar...”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Então agora não posso falar com o Sr. Presidente não?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos lá a ver... não haver aqui diálogo, por favor. Vamos então continuar. Sr. Presidente, faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Como eu estava a dizer, relativamente ao projeto, dissemo-lo aqui que contratualizámos porque os nossos serviços, para uma coisa desta dimensão, também no passado os projetos não se faziam dentro da Câmara Municipal da Moita, eram contratualizados, e foi o que nós fizemos, contratualizámos o projeto do pavilhão da Moita. Verificámos que tinham muitas incongruências, da Moita não, da Escola Secundária da Baixa da Banheira, peço imensa desculpa, eu já estou tão focado agora no próximo concurso que vamos lançar, para tentar ganhar tempo, vamos lançar logo os dois pavilhões que eu já estava a pensar no pavilhão da Fragata do Tejo. Mas o que aconteceu mesmo foi que a opção da Câmara Municipal foi dar o projeto para que se fizesse, foi contratualizado seguindo as regras da contratação pública, a empresa apresentou-nos um projeto, não estava em conformidade, mandamo-lo abaixo, não seguimos com ele, e depois já não cumpria as regras do tempo de financiamento do PRR, motivo pelo qual não pode ser executado.

Relativamente às intervenções que se fala, que fizemos ou que não fizemos, ou que eram precisas ou não eram precisas fazer, vou-lhe só lembrar uma. A rua de São Sebastião levou milhares e milhares de euros, levou manilhas de escoamento das pluviais, levou rede de abastecimento de água, levou tudo e mais alguma coisa, porque os senhores, já há 10 anos que aquilo estava a dever ser requalificado. Meus senhores, já tinham passado 10 anos sobre a vida útil daquele projeto, e isso os senhores sabiam-no e disseram-no, foi mesmo dito aqui numa reunião de Câmara que sabiam que o tempo de vida útil de uma conduta é só 40 anos e aquilo há muito tempo já tinha passado. Está registado, está em vídeo, foi no Moinho de Maré de Alhos Verdes, podem ver essa reunião.

Depois, relativamente aos asphaltamentos, posso-vos dar uma novidade, estamos aqui à espera, e eu quero é passarmos logo aqui à revisão do orçamento, porque eu quero em maio estar a lançar a repavimentação da rua Aquilino Ribeiro com a substituição, como deve ser, da rede de abastecimento de água. Isso é que eu quero. Agora os senhores podem estar a falar sobre tudo ou sobre nada, mas vamos continuar a trabalhar e a melhorar a qualidade de vida das pessoas, que é para isso que fomos eleitos. Disse.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Senhor Presidente, quero a defesa da honra se faz favor. É regimental. Não, desculpe lá. Não lhe cabe a si apreciar ou não, é regimental. Eu fui focado numa coisa que é... ainda por cima amanhã é dia 1º de Maio e eu sou trabalhador.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“O Sr. Presidente da Câmara não se referiu a si explicitamente.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Você é que interpreta?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sim.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Foi para quem?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sou eu que interpreto sim. Tenho que interpretar. Aqui tenho que interpretar. Eu sou como o árbitro, aqui não tenho um VAR.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“É melhor vir um VAR porque está a ser tendencioso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

«Não estou a nada a ser tendencioso. Também ouvi o senhor... Não acho que isso seja... quer dizer... não devemos também “folclorizar” isto.»

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Já que não foi para mim foi para quem?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não sei, não interessa.”

Vereador da Câmara Municipal, João Figueiredo (sem microfone)

“Eu trabalho no concelho ao lado e estas pessoas trabalham todas noutros concelhos. O que é isto? Que vergonha é esta?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Desculpe, o Sr. Vereador aqui comporta-se como deve ser, se faz favor. Comporta-se, se faz favor. O senhor se quiser ir para a Assembleia Municipal não passa para a Câmara. Passou para a Câmara...”

Vereador da Câmara Municipal, João Figueiredo (sem microfone)

“Olha outra...”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária (sem microfone)

“Não me dá defesa da honra porquê? Fica-lhe mal.”

Vereador da Câmara Municipal, João Figueiredo (sem microfone)

“Olha outra...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu não considero que haja aqui honra ofendida. Desculpem lá. Eu para folclore não dou.

O PS tem nove minutos, a CDU tem dezanove segundos, se o senhor quiser falar nos seus dezanove segundos, então faça favor.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“É assim, eu acho de muito mau tom que se diga a um trabalhador que trabalha noutro concelho, que é trabalhador de uma autarquia vizinha, que passa mais tempo no concelho. Pois passo, estou a trabalhar. Como o Sr. Presidente também já trabalhou noutro município, e eu nunca lhe disse isto. E as pessoas que trabalham no concelho da Moita, que vivem no concelho da Moita, muitas delas trabalham em concelhos de fora, e a gente tem que ter respeito por toda a gente.

Fica registado que não gostei. Não me beliscou a honra, porque não é qualquer um que me toca na honra, e o Sr. Presidente não consegue, não tem capacidade para isso, mas também fica registado que o Sr. Presidente tem uma interpretação muito lata das coisas, com restrições tendenciosas, e eu não esperava isso de si.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Está a ver? Agora o Sr. Presidente podia pedir a defesa da honra porque o senhor diz que ele não tinha capacidade para isso. Andamos aqui a... Estas coisas são para levar a sério. Vá lá. Bem, os partidos que ainda têm tempos são o PS com 9 minutos, o PSD 4, o Bloco de Esquerda tem 3 minutos, a Câmara tem 23 segundos, e é isso. Alguém mais quer usar a palavra? Então vamos passar à votação.”

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria**, com treze votos a favor do PS; nove abstenções, sendo oito da CDU, duas do BE; nove votos contra, sendo sete do CH, dois do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA proferida pelo Deputado Vítor Cardoso

“Considerando as duas reservas e o ênfase do Revisor Oficial de Contas:

- Reserva 1 - 174.345.678 euros por inventariar, artigo 49º do SNC-AP, ativos fixos, estradas, redes sem inventário;

- Reserva 2 - 17.517.296.50 euros de subsídios sem suporte documental, 8,68% do balanço sem evidência. Ênfase, risco de continuidade por fenómenos meteorológicos e contextos geopolíticos sem provisões;

Considerando a dívida bancária de 813.620,01 euros, usado em despesa corrente, contrariando o artigo 40º do RAFLEI, com 6,1 milhões de caixa própria disponível;

Considerando os fluxos operacionais negativos em 4,5 milhões de euros, evidenciando que a Câmara não gera caixa para pagar salários, declaramos o nosso voto contra a aprovação do Relatório e Contas e 2025 por 191.862.974,5 sem garantia do ROC, 813.000 euros de crédito para corrente contrariando o RAFLEI, risco de continuidade não provisionada de 174 milhões por inventariar.

Aprovar estas contas seria dar um cheque em branco para 2026.

O CHEGA entende que não pode validar contas que, apesar de melhorias conjunturais, continuam a evidenciar fragilidades estruturais e riscos relevantes para a gestão futura. Assim, os deputados do CHEGA votam contra o Relatório e Contas de 2025. Disse.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária proferida pela Deputada Vivina Nunes

“As contas apresentadas encontram-se auditadas e, nesse plano formal, não levantamos dúvidas quanto à sua conformidade legal. No entanto, a sua leitura política evidencia opções de gestão que não respondem às necessidades do concelho nem ao volume de recursos disponíveis.

O exercício de 2025 é particularmente revelador. Com mais 3,6 M€ de receita fiscal do que o esperado e uma taxa de execução do investimento de apenas 57,7%, o município encerra o ano com um saldo negativo superior a 2 M€. Ou seja, mesmo arrecadando significativamente mais receita junto dos municípios, o executivo falha na execução do investimento e termina o exercício com resultado negativo.

Em paralelo, a dívida municipal atinge já 16.492.648,62 €, sem que esse crescimento esteja associado a um volume equivalente de obra estruturante ou de transformação efetiva do concelho.

O chamado “conjunto significativo de obras estruturantes” apresentado no relatório não corresponde à realidade do território e muito menos à verdade:

- A requalificação do eixo do Largo da Misericórdia, em Alhos Vedros, só foi concluída recentemente e com recurso à contratação de outra empresa, revelando falhas de execução e planeamento.
- A conclusão da ponte da via do Matão não foi financiada pela Câmara Municipal, tendo sido uma intervenção externa, apesar de apresentada politicamente como realização municipal.
- O início da rede de drenagem no Bairro 1.º de Maio, no Penteado, permanece uma intervenção faseada e incompleta e anunciada um sem número de vezes.
- O Skate Park, anunciado como concluído, apenas ficou efetivamente finalizado já em 2026 e é uma obra planeada pela CDU e mal executada pelo PS.

Em contrapartida, continuam por concretizar intervenções estruturantes repetidamente anunciadas, como a rotunda de Alhos Vedros, o pavilhão da Escola Secundária da Baixa da Banheira, a resolução dos problemas de esgotos e um conjunto significativo de habitação prometida, que permanece por executar.

Este padrão revela uma gestão centrada mais no anúncio do que na execução, com forte distância entre o que é comunicado politicamente e o que é efetivamente concretizado no terreno.

A taxa de execução de 57,7% confirma essa fragilidade. Há orçamento, há receita, incluindo maior receita fiscal do que o previsto, mas não há capacidade correspondente de execução.

A isto soma-se, como já referido, o aumento da dívida municipal sem correspondência proporcional em obra estruturante, o que agrava a sustentabilidade financeira futura do município plasmada por um aumento de quase 20% nos dias em que a câmara demora a pagar compromissos.

As pessoas do concelho merecem mais do que anúncios sucessivos e execução incompleta. Merecem obra concluída, investimento efetivo e uma gestão que transforme receita em resultados concretos.

A abstenção da CDU resulta de responsabilidade institucional, evitando consequências administrativas mais gravosas para o município. No entanto, não representa validação política deste modelo de gestão, antes pelo contrário.

Esta posição é também um aviso claro, a persistência deste padrão de baixa execução, aumento da dívida e divergência entre obra anunciada e obra realizada, para não lhe chamarmos outra coisa, deixará de ter viabilização por parte da CDU.

O caminho seguido revela-se insuficiente e compromete o desenvolvimento do concelho.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Guilherme Rocha

“O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do município da Moita relativo ao exercício de 2025, por considerar que este documento demonstra uma gestão responsável, rigorosa e orientada para a melhoria das condições de vida da população.

O ano de 2025 foi um ano exigente, mas foi também um ano de concretização. O município manteve uma gestão equilibrada, assegurou a continuidade dos serviços públicos municipais, respondeu às necessidades do território e concretizou investimentos importantes para o concelho.

Há vários números que importa sublinhar sem transformar esta declaração num exercício apenas contabilístico.

Em 2025, o município apresentou uma receita cobrada superior a 67 milhões de euros e uma despesa paga de cerca de 101 milhões de euros, demonstrando capacidade de gestão, equilíbrio e cumprimento dos compromissos assumidos.

Acresce um dado particularmente relevante, no final do exercício, o município não registava pagamentos em atraso e este é um sinal claro de responsabilidade financeira e de respeito pelos fornecedores, pelas instituições e pela comunidade.

Mas as contas não se avaliam apenas pelos números, avaliam-se sobretudo pela sua tradução concreta na vida das pessoas.

Em 2025, o município da Moita deu continuidade a um conjunto significativo de intervenções e projetos em áreas essenciais, requalificação urbana, saneamento, mobilidade, educação, ação social, ambiente, cultura, desporto, juventude, saúde e habitação.

Destacam-se, entre outras intervenções, a requalificação do eixo do Largo da Misericórdia em Alhos Vedros, a construção da rede de drenagem de águas residuais domésticas no bairro 1º de Maio, no Pentead, a conclusão da expansão da ponta e via do Matão, a instalação do quiosque na Marginal da Moita, a conclusão do skatepark no Parque José Afonso, a conclusão do novo edifício municipal da Divisão de Desenvolvimento Educativo e a requalificação do edifício multiusos no Vale da Amoreira para os serviços de intervenção social, saúde e habitação.

Temos aqui um conjunto de obras concretas, visíveis, com impacto direto no território e nas populações, e diria também que tem faltado falar de outras coisas, porque há outros indicadores que têm melhorado no concelho da Moita, que vão demorar ainda tempo a conseguir ter os valores que pretendemos, mas que partimos muito abaixo, há muito tempo.

Relativamente ao volume de negócios, ao desemprego, aos resultados escolares, às taxas de conclusão, ao número de alunos que prosseguem o ensino superior, são dados que raramente estamos aqui a falar e que importa falar sobre eles e que também são resultado da obra que tem de continuar a ser feita, e o investimento tem que ter resultado não só no número de estradas que pavimentamos e resolvemos, mas também em melhorias concretas na população. E precisamos trazer esses dados porque esses dados são os dados que demoram tempo, e o nosso ponto de partida nos últimos 5 anos, 6, foi muito baixo em vários indicadores socioeconómicos e raramente estamos a falar sobre eles.

Nós começámos mesmo muito baixo e temos um grande trabalho pela frente para fazer, e parece que estamos sempre a visitar o passado e não conseguimos projetar com soluções concretas o que é que temos de fazer para o futuro, e importaria que os restantes deputados, que têm vida e história cá, também projetem mais soluções para o futuro e não tentem ir resgatar situações e estratégias do passado que continuaram a colocar o município da Moita como um concelho que, comparativamente à Área Metropolitana de Lisboa, esteve sempre com os índices mais baixos, e isto é que é uma verdade e que é muito difícil de conseguir refutar e que vamos levar muito tempo, provavelmente gerações, e precisamos da responsabilidade de todos e há assunção de responsabilidade de todos para isso.

Portanto há obra feita e ainda há muita obra que é necessária fazer, e a principal obra é trazer dignidade e trazer força e resultados concretos para a vida das pessoas, isso é que é importante. E precisamos desse movimento e precisamos de nos juntar para isso e assumir responsabilidades. É importante. Estarmos só a atirar se foi a rua A ou a rua B, que é muito importante, mas esquecemos que são estes dados concretos que medem o desenvolvimento de um território, não é por se a estrada acabou de ser feita ou se o autocarro passou ou não passou, por amor de Deus.

Nós precisamos, de facto, de começar a densificar mais a nossa discussão e trazer estes dados, é importante começar a fazer isso.

O relatório evidencia ainda uma forte aposta nas freguesias com transferências para as juntas e uniões de freguesias superiores a 1,2 milhões de euros, reforçando a proximidade, a capacidade de resposta local e a cooperação institucional e a proximidade com a resolução do problema das pessoas. É importante assumir a responsabilidade das transferências de competências para que o poder local exerça a sua plenitude. É importante. E não colocar as coisas entre o branco e o preto, há cinzentos também, é preciso saber onde é que eles estão.

O Partido Socialista entende que este Relatório de Gestão e Prestação de Contas demonstra que o município da Moita continua a investir no concelho, a cumprir os seus compromissos, a reforçar serviços públicos e a responder às necessidades das pessoas. Por isso, votamos favoravelmente este documento, reafirmando a nossa confiança numa gestão municipal assente no rigor, na responsabilidade, na estabilidade, na proximidade e no contínuo trabalho que é necessário fazer para as nossas populações.”

3.3 - 2ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, três votos contra do CH; duas abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 27/03/2026:

“Considerando que:

A. Existe um conjunto de investimentos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos, o qual integra as Grandes Opções do Plano do Município da Moita, cuja reprogramação financeira e temporal se revela necessária face à evolução objetiva das respetivas condições de execução;

B. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina no artigo 46.º-B que as modificações do Plano Plurianual de Investimentos se consubstanciam em revisões e alterações, devendo a realização antecipada de ações previstas para anos posteriores, ou a alteração do montante das despesas de qualquer projeto constante do plano aprovado, ser precedida de alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações orçamentais;

C. A presente proposta configura uma revisão do Plano Plurianual de Investimentos, porquanto procede ao reescalamento plurianual e à atualização dos montantes de projetos estruturantes, implicando as correspondentes alterações orçamentais;

D. No que respeita à Intervenção na Estrutura Verde Urbana adjacente à Praia do Rosário e à criação do Corredor Verde Moita—Rosário, a consolidação da estimativa orçamental final confirma a dimensão estruturante da intervenção, cuja execução previsível se estenderá por cerca de 24 meses e cujo procedimento se encontra sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Atendendo à possibilidade de emissão de autos de medição ainda no último trimestre de 2026 para ambas as fases, torna-se necessário adequar o investimento plurianual aos encargos previsíveis nos exercícios de 2026, 2027 e 2028. O reescalamento proposto traduz uma programação financeira realista e coerente com o faseamento da obra, permitindo acomodar a eventual contratação separada das duas componentes do projeto e assegurar o alinhamento com as fontes de cofinanciamento a mobilizar;

E. No que respeita à Construção do Posto Territorial da GNR da Moita, o procedimento de concurso público anteriormente lançado recebeu várias propostas, todas superiores ao preço base definido, tendo o procedimento funcionado como auscultação robusta ao mercado e permitido aferir a realidade atual dos custos no setor da construção. Na sequência da remessa dos resultados ao projetista do Ministério da Administração Interna, foi apresentada nova estimativa orçamental ajustada às condições reais de mercado. Considerando a necessidade de lançamento de novo concurso público com base na estimativa revista, impõe-se a adequação do investimento plurianual aos valores atualizados e à nova programação temporal da obra, assegurando a conformidade financeira prévia ao relançamento do procedimento;

F. No que respeita à Requalificação do Eixo Urbano entre a Travessa do Mercado e a Estação Ferroviária de Alhos Vedros, a intervenção foi objeto de concurso público no âmbito do PRR. Contudo, face aos prazos exigentes daquele instrumento de financiamento e ao contexto excecional do setor da construção, fortemente pressionado pela execução simultânea de múltiplos projetos PRR a nível nacional, o procedimento ficou deserto. Atendendo ao interesse estratégico da intervenção para a qualificação urbana e melhoria das condições de mobilidade e segurança no eixo estruturante de Alhos Vedros, optou-se pelo seu reenquadramento no PT2030, procedendo-se à atualização da estimativa

temporal e financeira da empreitada. Torna-se, assim, necessário ajustar o investimento plurianual à nova calendarização previsível, garantindo coerência entre o planeamento financeiro municipal e o relançamento do procedimento concursal;

G. No que respeita à 2.ª Fase da Reabilitação do Palacete dos Condes de Sampayo — Alhos Vedros, intervenção de elevado valor patrimonial para o concelho, encontrava-se preparada em termos técnicos, aguardando condições financeiras para a sua concretização. Estando agora reunidas essas condições, prevê-se o início da execução ainda no final de 2026. Assim, torna-se necessário ajustar o investimento plurianual de modo a acomodar encargos já no último trimestre de 2026 e a execução principal nos exercícios subsequentes;

H. Nos termos do entendimento reiterado do Tribunal de Contas relativamente ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a autorização ali prevista reporta-se aos planos ou programas plurianuais legalmente aprovados pela Assembleia Municipal, designadamente no Orçamento Inicial ou em Revisão Orçamental, não sendo aplicável a simples alterações orçamentais, mesmo quando incluídas nas GOP aprovadas;

I. A modificação ora proposta, por implicar ajustamento relevante de montantes e reprogramação plurianual, deve revestir a forma de Revisão Orçamental, garantindo a conformidade legal da futura assunção de encargos e a respetiva sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, quando aplicável;

J. As modificações propostas encontram-se refletidas nos mapas anexos, assegurando a coerência entre o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento Municipal;

K. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e respetivas revisões, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competindo igualmente à Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;

Face ao exposto, proponho que:

A Câmara Municipal da Moita delibere submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do artigo 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

a) A 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026, incluindo a Revisão Orçamental e as correspondentes alterações às Grandes Opções do Plano, que se anexam à presente proposta e dela fazem parte integrante.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Então, estamos aqui a fazer, neste caso, a segunda revisão do orçamento. Como vos disse, esta segunda revisão é necessária para avançar com um conjunto de projetos que a Câmara Municipal se propõe a prosseguir.

Pergunto aos senhores Deputados se há algumas questões a colocar relativamente a este documento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta a discussão intervieram:

Deputado Luís Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sr. Presidente

Srs. Deputados

A 2ª revisão ao orçamento plurianual e às GOP deve ser analisada com rigor. Num curto espaço de tempo, o Executivo apresenta já a sua segunda revisão orçamental, sendo a anterior em 27 de fevereiro de 2026, o que levanta questões legítimas à qualidade do planeamento inicial e à capacidade de execução municipal.

O que dizem os números:

- A anulação global ascende a 1.039.242 euros, distribuídas pelas seguintes rubricas principais: 619.325 - edifícios, incluindo o posto territorial da GNR da Moita; 296.273 – habitação e programa municipal de reabilitação urbana; 123.644 – construções diversas.

Estes valores não são ajustamentos marginais, traduzem uma reconfiguração concreta do investimento municipal, com encargos transferidos para os anos 2027 e 2028, agravando a pressão orçamental dos exercícios seguintes.

Os casos que importa assinalar:

- Posto da GNR da Moita - O concurso público falhou porque o preço base estava desajustado do mercado, apesar de ter, e cito, “o procedimento funcionou como auscultação robusta ao mercado permitindo aferir a realidade atual dos custos”. Fim de citação. Faça este resultado, esta revisão corrige este valor antes do relançamento em concurso? Fica a pergunta. Porque não foi feita uma estimativa realista desde o início? O tempo perdido e os atrasos acumulados têm custos reais para os municípios. Não podemos e não devemos transformar propostas em estudos de mercado;

- Requalificação do eixo urbano Alhos Vedros PRR para PT 2030 – Este é um caso preocupante. A intervenção estava inscrita no PRR, o concurso ficou deserto e a solução foi reenquadramento no PT 2030. Isto representa uma falha de execução dentro do instrumento de financiamento original. Agora importa esclarecer. Há riscos de inegibilidade das despesas já realizadas? Quais as condições do novo enquadramento? Existem outros casos? É dever deste Executivo dar uma resposta clara e objetiva;

- Palacete dos Condes Sampayo – A segunda fase de reabilitação avança, finalmente, nesta revisão. Reconhecemos este passo como positivo. A questão que se coloque é outra. Porque demorou tanto tempo a reunir as condições financeiras para um equipamento de relevância patrimonial, quando, cito, “encontrava-se preparado em termos técnicos, aguardando condições financeiras”?

Corredor Verde Moita - Rosário e Estrutura Verde Urbana – Esta revisão consolida também a estimativa orçamental final para a intervenção na Estrutura Verde Urbana adjacente à Praia do Rosário e para a criação do Corredor Verde Moita – Rosário, com projeto de escala relevante, com execução distribuída por 2026, 2027 e 2028, sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. É um projeto relevante, que importa acompanhar com rigor, assegurando que a sua execução plurianual não repete o padrão de atrasos verificados noutras rubricas.

O padrão e as propostas do Executivo:

- O padrão desta segunda revisão é claro. Planeamento otimista, execução deficiente, revisões sucessivas. Para inverter esta tendência, o Grupo Municipal do CHEGA propõe: Curto prazo – rever os preços de base dos procedimentos pendentes para valores compatíveis com o mercado, evitando concursos desertos; Médio prazo – incorporar as análises de risco robustas no planeamento financeiro, com estimativas mais realistas e articulação efetiva entre os serviços técnicos e o orçamento; Longo prazo – GOP Grandes Opções do Plano. Ambicioso? Sim, deve ser, mas concretizável também, menos assente em lógicas de anúncio e mais orientado para a execução e para os resultados.

Em dezembro último votámos a favor do orçamento, mas com reservas. Hoje ficou comprovado o porquê das reservas então apresentadas. O orçamento não é apenas um instrumento financeiro, é um compromisso com o concelho e com os seus municípios, e é por respeito a esse compromisso que o Grupo Municipal de CHEGA continua a fiscalizar, a criticar para melhorar e a apresentar propostas assentes em rigor e responsabilidade. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“A Câmara quer responder? Faz favor, Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“É mandatário responder a estas questões. Em primeiro lugar, só aproveitar esta questão para clarificar uma coisa que é dita aqui muitas vezes e dita muitas vezes passa a ideia que é verdade.

Meus senhores, o alargamento da ponte do Matão resultou de uma coisa tão simples que eu, no lugar dos senhores, nem sequer tocava. A Câmara Municipal da Moita cedeu graciosamente a uma entidade particular, cedeu, pronto, permitiu graciosamente que uma entidade particular, eu não vou falar no nome da entidade porque a entidade não tem culpa, não foi ela, acredito que não tenha apontado uma arma à cabeça de ninguém para que aceitassem essa solução. Permitiu que fizessem uma bacia de retenção de águas num terreno que era da Câmara Municipal, que servia neste caso para medida mitigadora face da impermeabilização de toda aquela área de construção, e aquele terreno foi-nos cedido a nós, Câmara Municipal, para redução das taxas.

O que nós fizemos foi avaliar o terreno que estava naquela situação e fazer a reversão dessa cedência e, conseqüentemente, não pagaram as taxas em material, pagaram-nas em execução da obra. Por isso, falsa a verdade às pessoas. Eu, no vosso lugar, nem sequer falava neste tema, no que se refere ao alargamento da ponte do Matão, nem sequer diria nada relativamente a este tema. E, para mais, uma simples entidade de retalho paga mais taxas do que aquela entidade que se ali se fixou. Uma entidade de retalho que se está a fixar agora, paga mais em taxas e em reforços de infraestruturas do que aquela entidade que ali se fixou. É para a gente pensar um bocadinho como é que era gerida a Câmara Municipal.

Depois, dito isto, só referir aqui uma coisa relativamente à segunda revisão do orçamento. Dar aqui uma nota. Mais uma vez, o desconhecimento não aproveita a ninguém, diz a lei, já que gostam tanto de falar na vertente jurídica, já diz o direito, o desconhecimento da lei não aproveita a ninguém. Dizer-vos claramente o seguinte, quem, segundo a lei, segundo o que nós assinamos, o protocolo com o Ministério da Administração Interna, é que nós somos meros instrumentos que lançamos o concurso e acompanhamos a obra. Quem faz o projeto, quem diz o preço, quem autoriza a despesa, é tudo o Ministério da Administração Interna. Por isso, foram eles que nos mandaram o projeto, que ficámos a aguardar uma grande quantidade de tempo, foram eles que nos disseram o preço que custava, foram eles que nos autorizaram a executar a despesa.

Agora, quando o concurso ficou deserto, tivemos que os informar. Posso-lhes dizer que já liguei, neste caso, falei com o Sr. Secretário de Estado, que muito simpaticamente me informou que da parte do Ministério da Administração já está tudo tratado, está agora nas Finanças para que saia a portaria para que nós possamos lançar novo concurso. Eu gostaria que fosse tudo mais rápido, mas assim não é, é a burocracia que temos em Portugal e temos que aceitar e trabalhar com ela como ela é, e que então nos exige fazer esta reprogramação.

Relativamente às outras situações que aqui assinala e aqui são faladas, por exemplo, dizer-lhe que a estrutura Gaio-Rosário precisa de um parceiro favorável da APA, e isso tem que ser trabalhado e os parceiros das entidades demoram, e nós temos uma excelente articulação com as demais entidades, mas o projeto tem que estar terminado, depois tem que se pedir pareceres às entidades e isso demora, Sr. Deputado. E essa demora obriga a fazer a reprogramação.

Relativamente ao outro assunto, da rotunda, eu já tinha dito, não foi possível fazer naquela altura, passava para o PT2030, mas no final vão ver que não vai ficar nenhuma verba por parte da Câmara Municipal por executar do PRR, que é isso que importa. Disse.”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

«Sr. Presidente, eu, às vezes, e à bocada dizia que o Sr. Presidente deve viver num concelho diferente, e deve mesmo viver. Nós não podemos falar de investimento essencial para o concelho da Moita desta forma.

A plataforma logística do ALDI, quando veio, foi considerada das mais modernas da Europa Ocidental, criou postos de trabalho. É um trabalho da CDU que, aqui no concelho da Moita, conseguiu atrair este investimento em competição com concelhos da Área Metropolitana Norte de Lisboa e outros. E veio para cá. E o Sr. Presidente faz lá o que tem que fazer, mas eu recorro-me de declarações de elementos do Partido Socialista a dizer que aquilo era muito mau, que ia ofuscar as luzes locais, coisas do género, e depois a seguir ganharam as eleições e foram cortar a fita do trabalho que a CDU andou a fazer. Porque eles só vieram para cá porque foram criadas condições pela CDU durante décadas para atrair investimento, investimento deste, estrangeiro, investimento de ponta, e que resultou em postos de trabalho. E a gente não pode desvalorizar isso. Nós não podemos desvalorizar isto.

E, de uma vez por todas, conseguiu-se, através do não pagamento de taxas, que se faça uma obra. Sim, senhor, mas diga-se quem é que conseguiu fazer a obra. Eles não vieram para cá por acaso. Há declarações do responsável do ALDI a dizer que veio para cá porque a Câmara da Moita lhe deu condições para vir para cá. E há declarações de dirigentes do PS a dizer que o investimento não era grande coisa, que até ia ofuscar as luzes aqui dos largos. É ir ver, está nos jornais. As pessoas às vezes esquecem.

Portanto, o que é que eu quero dizer com isto? Independentemente da revisão, eu só quero, e aquilo que o Sr. Deputado há bocado dizia de “não vamos ao passado” eu acho que estava a falar para o Executivo da Câmara, nestes casos, e acho que o Executivo da Câmara devia ouvir as palavras do Sr. Guilherme. Todos nós. Vamos lá ver o que é que a gente faz para o futuro não é?. Agora, desvalorizar o maior investimento de sempre no concelho da Moita? Foi a CDU. Ponto. É o maior investimento de sempre no concelho da Moita.

Não há outro. Privado não há outro. É que não há outro. E há quem se gabe nos jornais que consegue muito investimento, mas aquele está ali. E atenção, é ir ver as declarações dos senhores

administradores do ALDI, e eles dizem. Houve Oeiras que quis o investimento, houve várias câmaras. É ir acompanhar. Eu acompanhei. Agora não sei todas, nem que estar... o Montijo, e outras câmaras. E não é porque na Moita somos muito bonitos. Não. Eles entenderam que a Moita tinha condições, ao contrário do que muitos dizem. É preciso mais condições? É. É preciso. Não estão todas criadas.

E, há bocado alguém dizia que partimos de umas metas mais fracas, pois partimos, no 25 de Abril. Este concelho, no 25 de Abril, era miserável. Miserável. Dos mais pobres do país. Não tinha nada. Uma década antes as pessoas não tinham esgotos, a maior parte das pessoas não tinha esgotos, fazia necessidades num recipiente e passava lá uma carinha para ir buscar. Os dois primeiros caminhões do lixo da Península de Setúbal foram aqui postos no concelho da Moita. Não havia sistemas de recolha de resíduos. Não havia nada. Foi preciso criar tudo. Partimos mesmo muito atrás. As condutas de água que se dizem aqui de 40 anos, há condutas em Lisboa que têm muito mais anos e estão lá. E estão lá. Agora, vir dizer “partimos dos indicadores”, há indicadores que nestes últimos 5 anos pioraram. Vamos falar deles? Podemos falar. Não é agora que não tenho tempo. Mas podemos trazê-los. Há indicadores que pioraram com este Executivo. Há indicadores que pioraram. A gente trá-los aqui.

Portanto, ao Sr. Guilherme, eu quero dizer que subscreva as palavras dele na crítica ao Executivo Municipal e a nós. Atenção que eu estou a dizer e a nós, mas o Executivo Municipal também tem que deixar de falar no passado. Cada vez que a gente faz o reparo ao Executivo Municipal, lá vêm “vocês, vocês”. A gente está a tratar disto agora.

Sr. Daniel Serpa, nós já fomos escrutinados e perdemos as eleições, agora são vocês. O que o povo espera que vocês façam é que façam melhor do que nós, e que cumpram aquilo que prometeram. E não basta dizer “ai fizemos o projeto mal feito” porque quando foi para anunciar o projeto, foi nos jornais a dizer que ia estar feito o pavilhão em 2024 e tinha lá um “catrapázio”, quando foi para dizer que não se conseguiu fazer não se diz nada. Ok? E o que a gente quer é que este Executivo trabalhe bem.

E nós estamos cá a dizer à população que queremos ter um projeto melhor que o PS para governar a seguir. Não queremos que o PS faça pior ou faça mal. Nós queremos fazer melhor que o PS. É o que a gente quer e no futuro. Portanto, eu revejo-me nas palavras do Deputado Guilherme, assumo que, às vezes, nós também olhamos um bocadinho para o passado, agora o Executivo não pode estar sempre a desculpar-se com a CDU. Já chega. Já têm muitos anos disto. E vamos para a frente.»

Deputado Guilherme Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Eu depois já fiquei mais contente com a parte final aqui do Deputado Nuno Cavaco, porque eu só tinha mesmo uma coisa para dizer. Deputado Nuno, revisionismo histórico não era preciso estar a fazer está bem? Eu consigo ver muito bem quais são os indicadores e o trabalho que temos para fazer, portanto, não precisa estar a colocar na minha boca palavras que eu não disse ou outra coisa qualquer. E, se calhar, aconselho-o exatamente a isso, a que nós olhemos, exatamente, para as grandes opções e que projetemos aquilo que é necessário para o futuro e que consigamos trazer, exatamente, aquilo que é necessário, que também não tenho visto grandes soluções, porque voltou a falar outra vez de algo que já existe cá e não apresentam mais soluções nenhuma, mas seguimos.”

Deputado Luís Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Em resposta ao Sr. Presidente, a legitimidade das revisões nunca esteve em causa por nós, aliás, elas são legalmente permitidas. O que está aqui em causa é a frequência e a dimensão. Duas revisões em três meses com anulações superiores a um milhão de euros não são sinais de responsabilidade, são sinais de que o planeamento inicialmente não foi bem feito. Um orçamento bem planeado não precisa ser refeito logo a seguir. A questão concreta que o Executivo não respondeu é: garante que não vai haver uma terceira revisão?”

Com todo o respeito, dizer que um concurso deserto funcionou como previsto é transformar uma falha numa metodologia. Um concurso tem custos administrativos, temporais, de credibilidade. Se o Executivo soubesse de ante mão que a estimativa estava desajustada devia ter corrigido antes de lançar o procedimento, independentemente de não ser da sua responsabilidade. A antecipação dos problemas é de quem está a gerir, mesmo sabendo e tendo a consciência que o PRR não é da responsabilidade do Executivo. O que é da responsabilidade do Executivo é o planeamento. Se o resultado não fosse aquele que estava à espera devia ter uma segunda opção, ou apresentar uma justificação ou apresentar uma alternativa. Disse.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Começando aqui pela intervenção do Sr. Nuno Cavaco, e não querendo voltar muito atrás, nós de facto tivemos um grande investimento pelo ALDI aqui no município da Moita. Postos de trabalho tenho

algumas dúvidas que tenha dado alguns aos munícipes da Moita, mas aí também não sei porque não tenho dados para afirmar. Mas, tivemos esse grande investimento, mas tivemos também muita outra coisa. Tivemos um problema para as pessoas que habitam na rua da Paz, que não foi acautelado nesse investimento, que passam inúmeros caminhões pesados, veículos pesados naquela estrada que está completamente toda destruída, que também não foi acautelada a repavimentação dessa estrada para servir esses caminhões pesados. Não foram encontradas alternativas para a população. Bem, aquilo é de facto um espaço que estava ali morto, até está bonito, um edifício bonito. Não sei se trouxe grande coisa para o nosso município. Esperemos que tenha trazido.

Depois, este tema veio à baila porque os senhores, mais uma vez, tentam passar a mensagem para as pessoas que, de facto a estrada do Matão foi algo que foi feito pelo ALDI, e depois estas coisas têm que ser ditas. Estas coisas têm que ser ditas. Nós não queremos voltar atrás, mas temos que voltar atrás para explicar às pessoas porque é que vocês dizem estas coisas. Vocês autorizaram a construção de uma bacia num terreno que era da Câmara Municipal pelo privado, sem qualquer contrapartida dessa cedência de terreno para a realização da bacia. E este Executivo, na minha opinião, bem, pode haver outras opções, tomou a decisão, porque não ia fazer nada com o terreno porque a bacia estava lá, e iria arranjar um problema ao privado que teria que fazer obra para requalificar aquilo que tinha feito e não podia ter feito, e aproveitou para fazer uma obra que neste momento toda a gente engrandece a realização da obra, porque quando ela fica limitada nós bem vimos como é que o trânsito circula na Moita.

Depois, sobre o senhor Deputado do CHEGA. Eu vou assumir, mais uma vez, que existe desconhecimento mesmo naquilo que é os concursos públicos e como é que funciona este processo. Vou assumir com a total transparência e sem qualquer tipo ofensivo, mas eu tenho que lhe explicar isto. Os preços bases que são definidos para os concursos, e não estou a falar neste da GNR, os preços bases que são feitos para os concursos são feitos auscultando no mínimo 3 empresas, não é o técnico que chega ali e diz assim “eu acho que isto são 200 mil euros”. Não, não é isso. Os técnicos auscultam as empresas, no mínimo 3, de preferência mais que 3, e verificam qual é que é o preço que a obra poderá custar, e define o preço base mediante essa auscultação do mercado.

Depois, a questão do quartel da GNR. Na questão do quartel da GNR nós temos que ter em atenção que o espaço que vai desde o projetista fazer a avaliação do preço base, seguindo esta metodologia, até ao momento que chega ao município para lançar a obra, se não vai uns meses bons, não deve faltar pouco. E nós sabemos o que é que temos assistido nos últimos meses em termos de inflação e aquilo que têm custado as obras no nosso país. E por isso é importante perceber que nós tivemos que fazer aquilo que nos comprometemos, que foi lançar o concurso de acordo com aquilo que foram as regras protocoladas com o Ministério, sabendo à partida que podíamos correr o risco que esse concurso ficasse deserto, mas tínhamos que o fazer, porque se não fizéssemos não sabíamos efetivamente se o concurso ficava deserto ou não. E agora temos que esperar que o Ministério faça nova avaliação e que autorize, efetivamente, esse novo preço-base para que nós possamos lançar o novo concurso.

Depois, planeamento e revisões orçamentais. Sr. Deputado, a primeira revisão orçamental tem que existir sempre, porque temos que integrar o saldo de gerência, senão nós não conseguimos fazer obra. O saldo que vem do ano transato tem que ser integrado no orçamento deste ano, e por isso uma revisão pelo menos temos que fazer sempre. Aqui não tem a ver com planeamento, tem a ver com aquilo que é a integração do saldo que vem da gerência anterior. Isso é claro desconhecimento de como é que funciona as contas públicas. Desculpe-me por dizer, mas tenho que lhe dizer claramente, frontalmente, que não há conhecimento naquilo que o senhor está aqui a dizer.

Depois, alteração às grandes opções do plano e orçamento plurianual. Como é óbvio, qualquer Executivo do município faz um planeamento daquilo que tem que fazer no próximo ano. Ora, se existe alterações naquilo que são os financiamentos, se existe alteração de prioridades de urgência, porque teve que se fazer uma obra de urgência em detrimento de outra que estava planeada, como é óbvio, se nós não vamos gastar ou investir o dinheiro num ano que estava inicialmente previsto, estes ajustes têm que ser feitos, até para sermos realistas. Se eu estava a prever gastar 2 milhões numa obra neste ano, mas esta obra não vai ser lançada agora, dou-lhe o exemplo do quartel da GNR, porque já sei que só vou lançar o concurso daqui a um mês ou dois, quando o Ministério me der autorização para o fazer com o novo preço base, como é óbvio, tem que ajustar os valores ao plano plurianual, nem que seja para ajustar aquilo que é a realidade, e para nós chegarmos ao final do ano e termos uma execução exata daquilo que temos planeado.

Isto não tem a ver com planeamento, tem a ver com aquilo que é a atividade normal do município para conseguirmos efetivamente fazer o trabalho que estava planeado e assim em orçamento inicial. Por isso, agradeço e sugiro com todo o respeito, Sr. Deputado, que investigue mais estes temas, porque, de facto, estes aqui sim, foram todos mesmo ao lado.”

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do Partido Socialista

“O Daniel Serpa disse aquilo praticamente que eu ia dizer, mas reforço, porque ando aqui na Moita todos os dias, tenho que andar de carro, tenho que andar a pé, tenho que trabalhar na Moita, portanto, conheço a realidade muito bem. E, quando se fala nesta plataforma do ALDI, que foi uma coisa muito boa, não trouxe tantos postos de trabalho assim, é um facto, porque eles vieram do Montijo. Ora, quando se diz que aquilo foi bom e foi positivo, atenção, foi positivo para quem não mora na rua da Paz, porque eu nunca vi aqueles que dizem que aquilo foi bom, que foi de grande interesse para a Moita, nunca vi nenhuma dessas pessoas na rua da Paz a ver o sofrimento a que aquela gente está sujeita 24 horas por dia. É dia e de noite. Não dormem. E isto é desumano. As pessoas compraram uma casa na rua da Paz, fizeram o sacrifício para pagar a casa, e agora estão no inferno. Isto é que é verdade. Quanto à via do Matão. A via do Matão ainda recentemente foi alvo de uma intervenção. Esses dois dias, eu digo-vos que à tarde, por experiência própria, tive que ir à Fonte da Prata e ao Carvalhinho, e depois vim para casa a pé e tive de deixar o carro ao pé do parque, portanto, isto revela bem a importância daquela obra. Não houve visão antes para a fazer, houve visão por parte do Executivo do Partido Socialista. Só temos que felicitar e mais nada. Não há mais nada a dizer acerca disso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Câmara Municipal, Sr. Presidente, faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“É o seguinte, os investimentos da Câmara Municipal não se medem pelo valor, mas sim pelo impacto que têm na população, e os nossos investimentos têm efetivamente impacto.

Depois, respondendo aqui ao Deputado do CHEGA, e o Deputado Municipal Daniel Serpa disse praticamente tudo o que eu queria dizer, eu só queria, já que falou que a Câmara Municipal tem que se antecipar, e vou já antecipar para que você perceba. A portaria ainda não saiu, também não sabemos quando é que vai sair. Não sei se ali o Deputado Diogo Louro nos pode dar uma ajuda nisso, mas a gente não sabe quando é que vai sair. Por isso, como a gente não sabe quando é que vai sair, estamos em maio, hoje é Dia do Trabalhador, primeiro dia de maio, imaginando que saía na segunda-feira, dia 4, um concurso público, lançar demora depois, em prática, 4 a 5 meses, a correr bem. Se não houver litigância entre, neste caso, os concorrentes, vai a visto do Tribunal de Contas.

A correr bem, se no Tribunal de Contas aquilo passar à primeira, é um mês, mas por norma não costuma passar à primeira, nem aqui nem em lado nenhum. Por isso, é um mês. Espero que esteja a fazer as contas. Depois, as pessoas, quem ganhar, têm um mês para submeter os documentos de habilitação e para entregar o plano de higiene e segurança no trabalho. Um mês. Diga-me o Sr. Deputado quando é que acha que a obra começa? Isto é a previsão. A correr tudo bem.

Outra coisa, que é o seguinte, os preços foram revistos, foram altos, o concurso ficou deserto. Foram rever tudo outra vez. Entre os técnicos do Ministério da Administração Interna receberam os documentos, mandarem para o serviço correspondente, para mandarem para os projetistas, para reverem os preços, para validarem os preços, para ir para o Ministério, para ser publicado, já passou quanto tempo? Desde quando é que a gente lançou o concurso? Quem é que me garante a mim que eu vou lançar o concurso e ele não vai ficar deserto outra vez? A culpa é da Câmara? O que é que quer que eu lhe faça? Eu não posso meter lá mais do que aquilo que me disserem para pôr, não estou mandatado para isso. Eu não estou mandatado para isso Sr. Deputado, por isso ou bem que a gente percebe como é que isto funciona ou então não sabemos o que é que andamos aqui a fazer. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **maioria**, com catorze votos a favor, sendo treze do PS, um do BE; oito abstenções da CDU; nove votos contra, sendo sete do CH, dois do PSD

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista proferida pelo Deputado Carlos Rodrigues

“O Grupo Municipal do Partido Socialista votou favoravelmente a proposta relativa à 2ª revisão ao Orçamento Plurianual e às Grandes Opções do Plano, por entender que esta revisão representa um ato de responsabilidade, rigor e realismo na gestão municipal.

Esta proposta não traduz uma alteração de rumo, mas antes a necessária adaptação financeira e temporal de investimentos estruturantes para o concelho, garantindo que os projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos mantêm condições para avançar com segurança, coerência e enquadramento legal.

Falamos de intervenções relevantes para o futuro do município da Moita, como a estrutura verde urbana adjacente à Praia do Rosário e o corredor verde Moita-Rosário, cuja execução previsível se estende por cerca de 24 meses, exigindo uma programação plurianual ajustada aos anos de 2026, 2027 e 2028.

Falamos também da construção do Posto Territorial da GNR da Moita, cuja reprogramação decorre da atualização dos valores face à realidade atual do mercado da construção.

A proposta contempla ainda a requalificação do eixo urbano entre a travessa do mercado e a estação ferroviária de Alhos Vedros, projeto importante para a mobilidade, segurança e qualificação urbana daquela zona, bem como a segunda fase de reabilitação do Palacete dos Condes de Sampayo em Alhos Vedros, uma intervenção de elevado valor patrimonial para o concelho.

Importa sublinhar que esta revisão tem como objetivo assegurar uma programação financeira realista, coerente com os prazos de execução, com as fontes de financiamento e com as exigências legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, quando aplicável.

O Partido Socialista entende que governar é também saber ajustar, reprogramar e garantir que os investimentos não fiquem apenas no papel. Esta revisão permite precisamente isso, criar condições para que projetos estruturantes possam avançar de forma responsável com estabilidade financeira e com respeito pelas regras da boa gestão pública.

Por isso, o nosso voto favorável é um voto de confiança numa gestão que planeia, que corrige quando é necessário, que respeita os compromissos assumidos e que continua a trabalhar para melhorar o território, valorizar o espaço público, reforçar a segurança e preservar o património do Conselho da Moita.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista votou favoravelmente a presente proposta.”

Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA proferida pelo Deputado Luís Cardoso

“O Grupo Municipal do CHEGA vota contra a presente proposta com fundamento nos dados que o próprio documento submetido à aprovação evidencia.

Motivos que determinam este voto são:

- a anulação global de 1.339.242, não é marginal, incide sobre rúbricas essenciais, 619.325 em edifícios, incluindo o posto da GNR, 296.273 na habitação e reabilitação urbana, 123.644 em construções diversas, com encargos transferidos para 2027 e 2028, agravando a pressão orçamental futura.

- a intervenção no eixo urbano Alhos Vedros estava inscrita no PRR, o concurso ficou deserto e a solução foi o reenquadramento no PT2030. Isto representa a falha da execução dentro do instrumento de financiamento original, com questões por esclarecer quanto à legibilidade das despesas já realizadas.

Reconhecemos o avanço do Palacete dos Contos Sampaio, com um passo positivo, ainda que tardio. Mais um avanço isolado não apaga o padrão que esta revisão confirma, planeamento otimista, execução deficiente, revisões excessivas.

O Grupo Municipal do CHEGA não vota contra os investimentos, vota contra o modo de planear, que anuncia muito e executa pouco, que lança procedimentos sem estimativas realistas e recorre a revisões para corrigir o que devia ter sido feito e bem feito desde o início.”

Dado o adiantado da hora, e em conformidade com o nº2 do artigo 29º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, o Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos, sendo a presente Sessão retomada no ponto, imediatamente, seguinte, na 2ª Reunião que se realizará no dia quatro de maio de dois mil e vinte seis, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, deu por concluída a 1ª Reunião e deu indicação à 1º Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente Reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD, um do BE.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a 1ª Reunião da Sessão, eram zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia um de maio de dois mil e vinte e seis.

O Presidente

A 1ª Secretária

O 2º Secretário

António Duro

Ana Rita Neto

Daniel Justo

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIV MANDATO 2025 - 2029
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 26.04.2026 A 30.04.2026
EM CONFORMIDADE COM O Nº6 DO ARTIGO 47º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
047	29-04-2026	João Miguel da Silva Romba	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de abril, a realizar no dia 30/04/2026
048	30-04-2026	Lidia Maria Lima Monteiro	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de abril, a realizar no dia 30/04/2026
049	30-04-2026	João Pedro Oliveira Vargas da Palma	Solicita a sua substituição na Sessão Ordinária de abril, a realizar no dia 30/04/2026
050	30-04-2026	Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira	Informa que na Sessão Ordinária, a realizar no dia 30/04/2026, se fará substituir pela Vogal Lara Colaço
051	30-04-2026	Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Ana Teresa Fernandes	Informa que na Sessão Ordinária, a realizar no dia 30/04/2026, se fará substituir pelo Vogal Luís Mucauro